

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.28, n.03-04, p.1-50, março/abril 2006

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

REINHOLD STEPHANES - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

SACHIKO ARAKI LIRA

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(*normalização bibliográfica*)

ANA BATISTA MARTINS

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

(*editoração eletrônica*)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

Lula e FHC: obras parecidas <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
A indústria automobilística no Paraná e a Tritec Motores <i>Daniel Nojima</i>	6
A continuidade da plataforma ortodoxa <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
Exportações paranaenses: evolução dos índices de preço e <i>quantum</i> <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	11
Os impactos do novo salário mínimo <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	13
Riqueza e desigualdade: contrastes do Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	15
A educação no Paraná: resultados do ENEM 2005 <i>Agemir de Carvalho Dias</i>	19
Sintomas de crise na economia do Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	23
Paraná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	25
Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	31

Lula e FHC: obras parecidas

Gilmar Mendes Lourenço*

É inegável a competência do governo Lula em produzir um crescimento de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2005, atingindo R\$ 1,937 trilhão, em meio à maior e mais prolongada expansão da economia mundial registrada nas últimas três décadas, com adequada sincronização entre as performances de nações emergentes e avançadas e desprovida de riscos de eclosão de crises financeiras. O ponto destoante, no cenário internacional, teria ficado por conta da subida nas cotações de petróleo, explicada pelo surto de demanda e por restrições à ampliação da oferta em curto prazo, agravadas pelos estragos causados pelos furacões ocorridos em 2005 na América do Norte.

Por certo, a bonança de liquidez global contribuiu decisivamente para a melhoria dos indicadores financeiros do Brasil, propiciando a liquidação antecipada de débitos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Clube de Paris e a emissão de dívida externa em reais, expedientes que foram coroados com a providência de isenção de Imposto de Renda para a aquisição de títulos do tesouro do País por parte de investidores externos.

Como contrapartida dessas medidas, emergiu um enorme custo fiscal por meio da impulsão de dívida interna, rodada (remunerada) com os maiores juros reais do planeta, que, por seu turno, provocam a atração de capitais voláteis que sobrevalorizam a taxa de câmbio e exigem incrementos adicionais na carga tributária, comprometendo as decisões dos agentes em ativação do desengavetamento de projetos voltados à ampliação dos níveis de oferta potencial. Ademais, cumpre considerar que a variação efetiva do PIB (preços básicos) foi de 2,1%, pois os impostos sobre produtos (integrantes dos valores de mercado) aumentaram 3,9% em 2005, já descontada a inflação.

Rigorosamente, os agentes econômicos brasileiros, sobretudo aqueles que carregam o ônus de operarem na “iniciativa privada”, conseguiram sustentar algum dinamismo produtivo ao envidarem apreciáveis esforços na direção da preservação de frentes externas e internas de expansão, a despeito do enorme fardo tributário e de juros a que estão submetidos, da precariedade infra-estrutural, da exagerada burocracia enfrentada para o funcionamento dos negócios, do câmbio combalido e da ausência de estímulos públicos para as inversões em inovação técnica e em capacitação e qualificação do fator trabalho.

De fato, o setor privado atuante no País absorveu plenamente os efeitos da adequação patrimonial realizada nos anos 1980, (empreendendo ajustes para a redução do endividamento e a ampliação das receitas não operacionais, propiciada pela instauração da ciranda financeira), e da reestruturação técnico-produtivo-gerencial da década de 1990, imposta pela necessidade de elevação dos níveis de eficiência diante da abertura comercial.

Daí a busca, de forma intransigente, da manutenção no curso ascendente do comércio externo, e de aproveitamento de algumas franjas de impulsão da demanda interna, representadas pela elevação do consumo privado, especialmente de bens duráveis, associada à ampliação do crédito, particularmente na modalidade em consignação (com desconto na folha de salários dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas), à ainda tímida recuperação da massa de salários (emprego e rendimentos reais, notadamente o salário mínimo) e à multiplicação das práticas assistencialistas, materializadas nos programas de transferência de renda, centralizados no Bolsa-Família desde o final de 2003, como compensação ao contingente pobre afastado do mercado de trabalho formal.

Nesse contexto, valeria a pena realçar três pontos. Em primeiro lugar, no tocante aos salários em geral, percebeu-se um curso de recuperação de perdas reais acumuladas em períodos pretéritos, evidenciado pela obtenção de reajustes superiores à inflação em 72,0% dos 640 acordos coletivos negociados e celebrados em 2005, segundo investigação feita pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Em 88,0% dos acertos, os trabalhadores conseguiram zerar ou suplantar a corrosão inflacionária provocada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – que acompanha a evolução de

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

uma cesta de produtos consumidos por famílias com rendimentos entre um e oito salários mínimos –, contra 81,0% em 2004. Ainda assim, tais acontecimentos só poderiam ser caracterizados como integrantes de um processo de redistribuição de renda em favor dos salários se resultassem da incorporação dos ganhos crescentes de produtividade registrados desde os anos 1990 no Brasil.

Em segundo lugar, o ímpeto exportador vem perdendo fôlego, pois, conforme cálculos da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o crescimento de 2005 esteve concentrado (quase 50,0%) em três produtos (petróleo, minério de ferro e soja), para os quais as elevações dos preços internacionais suplantou as perdas derivadas da valorização do real. Enquanto isso, o ritmo de expansão dos manufaturados caiu de aproximadamente 30,0% ao ano para 9,0% a.a. em doze meses, à exceção dos derivados de petróleo e máquinas agrícolas, em razão do desvio da produção do mercado doméstico para o exterior devido à crise que assola o setor rural.

Em terceiro lugar, o Bolsa-Família absorveu R\$ 5,6 bilhões de recursos do governo federal em 2005, destinados a 8,7 milhões de famílias inscritas. Se forem acrescentadas as somas alocadas nos remanescentes Bolsa-Escola e Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação, chega-se ao montante de R\$ 6,7 bilhões aplicados no ano passado. Em paralelo, a União registrou dispêndios de R\$ 7,0 bilhões em educação, R\$ 33,0 bilhões em saúde e R\$ 157,0 bilhões com juros. Ainda assim, o estoque da dívida pública aumentou R\$ 141,0 bilhões.

No que se refere aos juros reais, é interessante assinalar casos de drástica e rápida redução, como o da Turquia (de 25,0% a.a. para 7,0% a.a. em três anos), com a perspectiva de ingresso na União Européia, da Polônia (de 9,0% a.a. para 3,0% a.a. entre 2001 e 2005), do Peru (de 16,0% a.a. para 2,0% a.a. em menos de dois anos) e da Colômbia (de 25,0% a.a. para 3,0% a.a. em três exercícios).

Voltando ao PIB, não bastasse sua natureza diminuta sob todos os aspectos, o comportamento do aparelho produtivo foi disforme em 2005, retratando uma absoluta falta de articulação entre consumo e investimento, que evoluíram 3,1% e 1,6%, respectivamente, sendo este último sinalizador da reduzida capacidade de expansão futura do sistema econômico, refletindo o *mix* entre elevado custo do dinheiro e expressiva deterioração da rentabilidade privada, provocada inclusive pela elevação da relação entre câmbio e salário.

A propósito disso, investigação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), junto a um painel de 25 empresas de seis ramos industriais, acusou queda da rentabilidade (lucro/patrimônio) de 10,1% em 2004 para 9,8% em 2005, puxada pelos segmentos de papel e celulose e química.

Nesse caso, não há como encobrir o enfraquecimento dos projetos de exportação provocado pelo câmbio baixo – apesar do barateamento das compras externas de bens de capital –, atestado pelo

desejo manifestado por grandes companhias multinacionais em desativar bases exportadoras (inclusive para a América Latina) no Brasil e transferi-las para mercados menos instáveis e com menores custos operacionais, como Ásia, México e até Argentina, no caso de calçados e produtos têxteis. Adicionalmente, algumas companhias exportadoras estão substituindo a produção e/ou a compra de insumos no mercado interno por suprimento importado, sob pena de aniquilamento competitivo na fronteira internacional.

*Não há como encobrir o
enfraquecimento dos projetos
de exportação provocado
pelo câmbio baixo*

Apenas a título de ilustração, no final de agosto de 2005, para neutralizar a onda de pessimismo que tomava conta do País, com a constatação de uma flagrante marcha de desaceleração econômica, desde o último trimestre de 2004, e a contabilização dos reflexos iniciais da crise política, o presidente Lula afirmou que a economia brasileira cresceria pelo menos 5,0% até o encerramento daquele exercício. O mandatário errou feio – o PIB variou menos da metade do profetizado por ele, o que corresponde a 1/2 e 1/3 da expansão mundial e dos mercados emergentes, respectivamente 5,0% e 7,0%, com os asiáticos crescendo 8,0% e os europeus mais ousados 5,5%.

Outro complicador retrata a incompreensão oficial quanto à influência negativa da orientação econômica nas escolhas estratégicas dos agentes produtivos. Estas, por abrangerem e exigirem horizontes temporais de longa maturação, precisam escapar das excessivas preocupações com os ciclos curtos, implícitos na conjuntura, e otimizar seus atributos competitivos visando à sobrevivência ou ampliação de participação no interior dos mercados em que já operam e/ou à abertura de novas frentes de demanda.

Em outros termos, a política econômica que combina câmbio flutuante, metas de inflação e superávits fiscais primários (poupança pública para a cobertura do principal e encargos da dívida do governo), na procura da convergência inflacionária entre o Brasil e o mundo, depende crucialmente da manutenção dos juros e da carga tributária nas alturas, elementos incompatíveis com qualquer disposição de expansão econômica auto-sustentada.

Entretanto, ao invés de constituir efeito da orientação monetária restritiva para conter pressões de demanda, a apreciação cambial expressa o principal mecanismo de neutralização da inflação de custos – ocasionada por choques externos (petróleo e *commodities*) – e inercial, esta última atrelada exclusivamente à fragilidade fiscal e financeira do setor público, dado o panorama de desindexação salarial formal e de arrefecimento do poder de negociação da classe trabalhadora, mesmo com a ocorrência de dissídios coletivos mais favoráveis à recuperação real de perdas desde o segundo semestre de 2005, conforme já explicitado.

Pesquisa preparada pelo Banco Central, junto a 104 instituições financeiras (nacionais e estrangeiras) que funcionam no mercado brasileiro, constatou lucro de R\$ 28,3 bilhões das 50 maiores, representando incremento de 36,1% frente ao resultado alcançado em 2004 (R\$ 20,8 bilhões).

É curioso notar que, enquanto sob a bandeira do PSDB (1995-2002) a produção global de bens e serviços cresceu 2,3% a.a., com o domínio petista observou incremento de 2,6% a.a. Ao mesmo tempo, a rentabilidade das instituições financeiras passou de 10,5%, em 1994, para 26,0%, em 2002, e 30,0% em 2005. As receitas oriundas de operações de crédito atingiram R\$ 130,0 bilhões, e as aplicações em títulos do governo R\$ 81,3 bilhões em 2005.

No fundo, por mais que tente parecer diferente, Lula está ficando cada vez mais parecido com Fernando Henrique Cardoso (FHC) em pensamentos, palavras, atos e omissões. Não por escorregão, em incursão recente na imprensa, o ex-presidente sublinhou que “o tripé composto por câmbio flutuante, metas de inflação e Lei de Responsabilidade Fiscal é o mecanismo mais adequado para enfrentar os desafios da sustentação do crescimento e da estabilidade num mundo globalizado”.¹

Ressalte-se que enquanto o governo Lula ainda não precisou enfrentar qualquer intempérie internacional, na era FHC a gestão macroeconômica do País amargou a administração dos efeitos domésticos de três choques financeiros exógenos, capitaneados por México (em fins de 1994 e começo de 1995), Ásia (entre julho e novembro de 1997) e Argentina (entre a mudança do arcabouço cambial brasileiro de janeiro de 1999 e o ano de 2002). Porém, os investimentos da União entre 2003 e 2005 atingiram R\$ 25,2 bilhões contra R\$ 49,4 bilhões entre 2000 e 2002.

Cálculos preparados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com base em estatísticas do FMI, Banco Mundial e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam que, ao longo do intervalo de tempo coberto pelos governos FHC e Lula, o PIB brasileiro cresceu 2,2% a.a. contra 3,8% a.a. da média mundial, e o PIB per capita variou 0,7% a.a. *versus* 2,6 a.a. no mundo.

No tocante à taxa de investimento, os números também foram desfavoráveis: 19,3% do PIB no Brasil, 21,3% nos países avançados, 22,1% no mundo, 23,9% no Centro e Leste Europeu e 32,6% nas nações asiáticas emergentes, no período 1995-2004. Em intensidade de aplicação de recursos em formação bruta de capital fixo, o Brasil perdeu a corrida inclusive para os países latino-americanos (20,8%) e africanos (20,0%).

Ainda a respeito dos investimentos, outra pesquisa da CNI, realizada com base em dados coletados para 23 países (desenvolvidos e emergentes), demonstra que o Brasil passou da quarta posição no ranking de crescimento da produtividade (produção/pessoal ocupado) entre 1996 e 2000 para o penúltimo posto (22º) no intervalo 2001-2005, fato que deve afetar o desempenho exportador do País nos próximos anos (tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAL DA PRODUTIVIDADE - PAÍSES SELECIONADOS - 1991-2005

PAÍSES	VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE (%)
Índia	10,1
Cingapura	8,2
Malásia	6,9
Tailândia	6,2
Estados Unidos	6,1
Coréia do Sul	6,0
Suécia	5,5
Japão	5,3
Taiwan	4,3
Reino Unido	3,9
Hong Kong	3,7
México	3,6
Bélgica	3,3
Alemanha	2,6
Austrália	2,4
Noruega	2,4
Holanda	2,3
Argentina	2,2
Canadá	1,8
França	1,5
Dinamarca	1,4
Brasil	1,3
Itália	-0,9

FONTE: CNI

O ponto comum entre ambas as gestões pode ser expresso no sacrifício do crescimento econômico em benefício do combate à inflação, atestado inclusive pela tímida, mas persistente, redução da desigualdade no País, especificamente depois de 1995. Segundo estimativas do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial, em cerca de dois decênios e meio o Brasil subiu da desconfortável 2ª para a 10ª posição no ranking dos países mais desiguais do mundo, de acordo com o Índice de Gini, medida de concentração de renda que varia entre zero e um, sinalizando menor disparidade distributiva ao aproximar-se de zero.

Por esse critério, com um índice de 0,56 em 2004, o País estaria à frente apenas de algumas nações africanas e latino-americanas como Namíbia (0,71), Haiti (0,68), Botswana (0,63), Lesoto (0,63), República Centro-Africana (0,61), África do Sul (0,58), Bolívia (0,58), Guatemala (0,58) e Zimbábue (0,57). Lembre-se de que a não disponibilidade de informações recentes deixou Serra Leoa fora da relação.

Os levantamentos do Banco Mundial revelam que a concentração da apropriação da renda no Brasil passou de 0,574 em 1981 para 0,625 em 1989, em função do ápice da instabilidade provocada pela combinação entre a exaustão da capacidade de gasto e de investimento do setor público e a hiperinflação indexada, e começou a esboçar moderada trajetória cadente a partir de 1995, em virtude da diminuição do imposto inflacionário provocada pelo Plano Real (tabela 2).

TABELA 2 - ÍNDICE DE GINI - BRASIL - 1981/2004

ANO	ÍNDICE
1981	0,574
1982	0,581
1983	0,584
1984	0,583
1985	0,589
1986	0,578
1987	0,592
1988	0,609
1989	0,625
1990	0,604
1992	0,573
1993	0,595
1995	0,591
1996	0,591
1997	0,593
1998	0,591
1999	0,585
2001	0,586
2002	0,580
2003	0,575
2004	0,564

FONTE: Banco Mundial

A par disso, o BID destacou a interferência exercida no declínio dos desníveis de rendimentos no Brasil pela instituição e alargamento dos programas sociais, pela atenuação das diferenças de oportunidades de estudo, trabalho e renda atreladas à discriminação por raça, pela perda de intensidade dos retornos crescentes advindos do maior grau de escolarização e pela reversão e/ou minimização das transferências de renda no sentido rural-urbano.

Trata-se de pressuposições bastante discutíveis, especialmente a melhoria das condições de produção de rendimentos monetários no campo, onde predomina o agronegócio exportador, e o menor peso dos atributos educacionais, que traduziria desvantagens dos mais qualificados em um mercado estreito e menos exigente quando à demanda por inovações tecnológicas.

Por tudo isso, não basta resgatar, de forma nostálgica, a retórica nacionalista de Getúlio Vargas ou

desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK). É preciso trabalhar arduamente para a criação e/ou recuperação de mecanismos e instituições capazes de viabilizar um projeto de crescimento auto-sustentado para um país secularmente desigual, ao lado da preservação da disciplina fiscal e da intensificação dos investimentos em capital social básico, particularmente na área de educação, ingredientes desprezados por Vargas e JK.

É preciso trabalhar arduamente para a criação e/ou recuperação de mecanismos e instituições capazes de viabilizar um projeto de crescimento auto-sustentado para um país secularmente desigual

Contudo, é interessante reter que aqueles estadistas perseguiram, por diferentes caminhos, a superação do subdesenvolvimento brasileiro, mediante a construção de blocos de atividades pesadas, visando à desobstrução de pontos de estrangulamento ao crescimento duradouro, existentes nos segmentos de infra-estrutura e de insumos básicos, e a integração e interação recíproca entre os departamentos de bens de produção e de consumo da matriz produtiva. Não é difícil deixar de notar a visão míope do governo atual nessa área.

Isso é particularmente grave se for levada em conta a possibilidade de alterações, ainda que não abruptas, nos humores da economia internacional ancoradas na identificação de perigos de recrudescimento da inflação, a partir da postura das principais autoridades monetárias globais. Em fevereiro de 2005, os juros primários atingiram 2,5% a.a. na Zona do euro, depois de terem permanecido em 2,0% a.a. entre junho de 2003 e dezembro de 2005, e 4,5% a.a. nos Estados Unidos contra 1,0% a.a. em junho de 2004.

Em recente passagem pelo Brasil, economistas do porte intelectual de Douglass North (Prêmio Nobel em 2003), Joseph Stiglitz (Nobel em 2001) e John Williamson (pai do Consenso de Washington) insinuaram que o País já teria esperado demais para se livrar das amarras ao crescimento, notadamente dos estratosféricos níveis de juros, impostos e concentração de renda.

Nota

¹CARDOSO, Fernando Henrique. Dilemas do crescimento econômico. **O Estado de S. Paulo**, 03 mar. 2006. Opinião, p.A2.

A indústria automobilística no Paraná e a Tritec Motores

Daniel Nojima*

A fábrica de motores Tritec, instalada no município de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no ano de 1999, veio sendo sondada desde o início do ano pelo grupo empresarial chinês Lifan, produtor de veículos automotores, com fins de sua compra e transferência para Chongqing, um centro industrial emergente da China. O grupo, apoiado pelo governo chinês, tem interesse em otimizar a operação de sua indústria automotiva e em ampliar o padrão tecnológico de sua produção de motores, o que envolveria não somente a transferência de toda a planta como, possivelmente, parte da mão-de-obra especializada.

Em momento posterior, um consórcio formado pelas montadoras russas GAZ e AutoVaz também expressou interesse em adquirir a fábrica do Paraná, ainda que seu plano fosse mantê-la no Estado. Estaria contribuindo ao progresso dessas negociações o desgaste das relações, desde a união da Daimler com a Chrysler, entre as parceiras Chrysler e BMW na *joint venture* formada em 1996, tendo a última suspenso, há cerca de um ano, encomendas dos motores da Tritec para equipar seu modelo MiniCooper com motores próprios. Na realidade, alguns canais da imprensa têm dado como certa a saída da BMW da parceria em 2007.

Essa iminente modificação integra movimentos mais amplos no mercado automobilístico no mundo e no País, conseqüentes do ambiente de forte concorrência, do decréscimo do seu ritmo histórico de crescimento – ainda que re-impulsionado pelo mercado asiático – e da reduzida expansão do mercado brasileiro, o que tem influenciado o parque automotivo instalado no Paraná.

Por um lado, montadoras como Renault-Nissan e Volkswagen atuam com vigor na manutenção dos seus planos de expansão nas respectivas unidades instaladas, no Paraná e parte em São Paulo, seja pelo lançamento dos modelos populares, seja por meio da diversificação, com colocação de modelos no chamado segmento dos carros médios.

Por outro, empresas do grupo Daimler-Chrysler ou a ele vinculadas vêm apresentando forte redução em seus mercados principais (particularmente nos Estados Unidos) ou mesmo constituindo objeto de intenções estratégicas de investimento no âmbito das montadoras de porte mundial.

Além da negociação da Tritec, trata-se do caso da empresa de peças e acessórios Dana, cujo braço americano enfrenta graves restrições financeiras,

alimentadas pela forte retração das clientes GM e Ford, em virtude do avanço da Toyota e Volkswagen no mercado dos Estados Unidos. No Brasil, persiste elevada ociosidade de suas plantas, agravada, inclusive, pela ampliação da competição, dada pela entrada de novos produtores em um dos mercados em que a Dana atua no País, de acessórios para motores (cabecotes). No caso paranaense, a unidade da Dana, projetada inicialmente para atender à fábrica da Chrysler, teve, com o fechamento desta, sua produção re-direcionada para a Volvo.

Tudo isso traz um inevitável questionamento acerca dos desdobramentos de eventual desativação da Tritec e das tendências da indústria de material de transporte operante no Paraná.

Independentemente de conjunturas adversas e dos reposicionamentos estratégicos dos *players* mundiais, importa reter que o setor automotivo estadual está plenamente inserido nesse ambiente, de tal modo que atualmente chega a responder por quase 10% da produção nacional de veículos de passageiros e uso misto, comerciais leves e pesados, por 5,7% do valor da transformação industrial do setor no País, por 12% do VTI global do Estado, e a empregar cerca de 23 mil pessoas. Sua cadeia produtiva é integrada, sendo formada pelas montadoras e pelo parque fornecedor de partes e peças, chassis, carrocerias, além de modernas plantas produtoras de motores, como as da Renault e da Tritec. De acordo com a tabela 1, a fabricação de automóveis e caminhões e a fabricação de insumos são respectivamente responsáveis por cerca de 75% e 22% do VTI setorial.¹

Como se sabe, esse complexo concentra-se na Região Metropolitana de Curitiba e área de influência, a qual, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Paraná, respondeu por quase 98% do valor adicionado e, segundo informações da RAIS (MTE), deteve 90% do emprego gerado pelo ramo automobilístico no Estado em 2004.

Devido a essas características, o complexo, em seu conjunto, constitui importante fonte de atualização tecnológica e diversificação do parque industrial paranaense, o que se reflete nos níveis de produtividade muito superiores à média da indústria como um todo (tabela 2).

*Técnico do Núcleo de Estudos Regionais do IPARDES.

TABELA 1 - VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL E PESSOAL OCUPADO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE - PARANÁ - 2003

ATIVIDADE	VTI (R\$ MIL)		PESSOAL OCUPADO	
	Abs.	%	Abs.	%
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	3.344.756	100,0	23.274	100,0
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	730.770	21,8	11.347	48,8
Fabricação de automóveis, caminhonetes e utilitários	2.020.867	60,4	5.628	24,2
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques	70.504	2,1	3.452	14,8
Fabricação de caminhões e ônibus	502.931	15,0	1.612	6,9
Recondicionamento ou recup. de motores para veículos automotores	19.685	0,6	1.235	5,3

FONTE: IBGE

TABELA 2 - INDICADOR DE PRODUTIVIDADE E SALÁRIO MÉDIO DOS SEGMENTOS DA INDÚSTRIA DE MATERIAL DE TRANSPORTE E DA INDÚSTRIA GERAL - PARANÁ - 2003/2004

INDÚSTRIA	VTI/PO (R\$) ⁽¹⁾	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) ⁽²⁾
Indústria Extrativa Mineral e de Transformação	62 244,7	813,5
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	143 712,1	1 882,4
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	64 402,0	1 669,9
Fabricação de automóveis, caminhonetes e utilitários	359 073,7	2 148,7
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques	20 424,1	984,7
Fabricação de caminhões e ônibus	311 991,9	3 159,7
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	15 939,3	839,0

FONTES: IBGE, MTE-RAIS

(1) Dados de 2003.

(2) Dados de 2004.

Na verdade, as plantas aqui instaladas obedecem a avançados conceitos de produção e têm propiciado, nos últimos anos, o lançamento de novos produtos como o Fox pela Volkswagen, os utilitários esportivos X-Terra e Frontier e, mais recentemente, o Megane II pela Renault Nissan. Por sua vez, a Tritec, cuja capacidade alcança 400 mil unidades por ano, vinha exportando modernos motores 1.4 e 1.6 litros para automóveis de pequeno e médio portes, para a produção do veículo Neon e do PT Cruiser na fábrica da Chrysler nos Estados Unidos. Cumpre reforçar, também, a presença da fábrica de motores da Renault, a qual, além de seus próprios veículos, equipou no período recente os carros da Peugeot montados na unidade de Porto Real, no Estado do Rio de Janeiro.

Em outra via, cumpre verificar, na tabela 2, os efeitos sobre o bem-estar da sociedade na qual esse complexo se insere, demonstrados pelo diferencial de salários pagos – mais que o dobro – em relação à média da indústria de transformação do Estado, em virtude da já mencionada sofisticação da escala de operação e das exigências técnicas sobre a mão-de-obra envolvidas na atividade – destacadamente em seus ramos principais de montagem de veículos de passeio e caminhões.

Por conta desse estoque de capital e de *know-how* acumulados, o ramo tem se mantido dinâmico e, inclusive, capaz de se adaptar às dificuldades e rápidas transformações em curso. Em específico, as indústrias montadoras de veículos e respectivas fornecedoras, junto com as de máquinas agrícolas, têm se aproveitado de

economias de escopo e diversificado sua produção na direção de equipamentos mecânicos voltados ao próprio setor industrial, à construção civil e à agropecuária.

Nesse sentido, destacam-se: a fusão Case New Holland, visando à produção de equipamentos para a construção civil; a Volvo, com produção de equipamentos industriais (ainda que ambas as linhas produtivas supracitadas localizem-se em São Paulo); a transformação da unidade da Chrysler em Campo Largo na TMT Motoco (produtora de bombas e compressores); e a compra em 2003 da unidade da Detroit Diesel, em Curitiba, pela Perkins Engines Company Limited. Com o nome de Perkins Motores do Brasil, a empresa expandiu sua linha produtiva, com motores a diesel de 4 e 6 litros para a agricultura, construção civil e energia.

Por tudo isso, uma eventual transferência da unidade da Tritec produzirá perdas relevantes em algumas frentes. A primeira delas se expressa na redução da competitividade, do progresso técnico e dos seus efeitos para frente e para trás no conjunto da estrutura produtiva regional e nacional. A segunda corresponde à redução de empregos diretos (430) e indiretos e dos padrões locais de renda do trabalho. A terceira equivale aos prejuízos em termos de geração de renda e divisas, tendo em vista a empresa ser a sexta maior exportadora do Estado e a grande responsável por 23% das vendas externas no segmento de motores do setor de material de transporte e 5,6% das exportações paranaenses totais (conforme dados da SECEX acumulados até outubro de 2005).

A quarta e última engloba as perdas do ramo de motores, voltado tanto a veículos automotores como a equipamentos de uso industrial, constituído pelas unidades anteriormente mencionadas. Sob a ótica regional, a eventual saída da Tritec significaria o enfraquecimento da posição competitiva do Paraná nesse ramo perante outros estados detentores de unidades de motores, a exemplo da Volkswagen, Ford, GM e a Cummins no Estado de São Paulo, a Tupy em Santa Catarina e a International no Rio Grande do Sul. Por sua vez, a estrutura produtiva nacional – e em especial os setores metal-mecânicos das regiões Sul e Sudeste (com destaque ao pólo metal-mecânico do nordeste catarinense) – observaria a redução de seus fluxos de encadeamento, potenciais ou já existentes, com a saída dessa unidade.

Por todas essas razões, seriam pertinentes iniciativas contrárias a essa transferência, acopladas à adoção de estratégias de apoio tecnológico a esse e aos demais segmentos da indústria automotiva estadual, objetivando, em primeiro lugar, a ampliação da sinergia com o sistema local de inovação, representado pela Universidade Federal do Paraná, a Universidade Tecnológica do Paraná (antigo CEFET-PR), o Lactec e o Tecpar, dentre outros agentes. E, em segundo, visando ao aumento da aparentemente reduzida complementaridade com a estrutura produtiva local. Atitudes assim organizadas contribuiriam para a otimização da competitividade sistêmica, capaz de consolidar a transformação estrutural recente nessa região.

Evidentemente, a manutenção da Tritec depende também de uma criteriosa revisão das suas condições de operação, atualmente desfavorecidas pela forte valorização do real, pela já mencionada suspensão das encomendas pela BMW e pela suspensão da produção do modelo Neon da Chrysler. Como agravantes, emergem o término legal da *joint venture* entre a Daymleer-Chrysler e BMW e a ausência de uma política de retenção tecnológica no País, como a praticada, por exemplo, nos Estados Unidos. Além disso, em que pese a fábrica ter sido primordialmente concebida para atender ao mercado externo, uma eventual mudança de estratégia que, particularmente, incluísse o mercado interno, certamente envolveria uma dura disputa em um campo já dominado por montadoras e fornecedores de motores há anos estabelecidos no País, o que lhe possibilitaria, ao menos no horizonte de médio prazo, uma inserção apenas marginal.

Entretanto, a empresa já exporta para a chinesa Chery e vem fechando outros contatos de exportação com as empresas chinesas FHAC e, desde janeiro último, com a própria Lifan, as quais, diante da suspensão dos contratos de fornecimento com a Daimler-Chrysler e BMW anteriormente mencionados, apenas confirmam seu potencial competitivo no cenário internacional. Além desses, a Tritec anunciou recentemente o fechamento de seu primeiro contrato nacional com a brasileira “Óbvio!” (no Estado do Rio de Janeiro), pelo qual irá equipar o modelo 828/2 da categoria de minicarros, destinado ao mercado norte-americano.

Nota

¹Observe-se que devido a peculiaridades no sistema de classificação de atividades, algumas atividades relativas à produção de insumos intermediários às montadoras, como a de produção de motores, podem estar registradas na fabricação de veículos automotores e de caminhões.

A continuidade da plataforma ortodoxa

*Gilmar Mendes Lourenço**

Por uma ótica eminentemente técnica, o pedido de demissão de Antonio Palocci Filho do Ministério da Fazenda e o preenchimento do cargo e da função pelo ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, acompanhado da saída do governo dos secretários do Tesouro Joaquim Levy (dívida pública) e de Política Econômica, Murilo Portugal (superávits primários), poderia sinalizar o extermínio da ortodoxia dos mercados na gestão macroeconômica do País e a abertura de flancos para a adoção de uma orientação desenvolvimentista, menos preocupada com a preservação, “a ferro e fogo”, da estabilização monetária e mais inclinada ao resgate dos requisitos essenciais à expansão sustentada.

Contudo, um exame criterioso da trajetória da política econômica durante o governo Lula e dos condicionantes do ciclo eleitoral permite o delineamento de cenários menos otimistas quanto a alterações abruptas no manuseio dos instrumentos por parte das autoridades.

Antes de mais nada, convém ter presente que, a despeito das freqüentes críticas recebidas de representantes do setor privado produtivo e das barreiras enfrentadas dentro do Partido dos Trabalhadores e do próprio executivo, erguidas por ministros como Dilma, Furlan e Rodrigues, pelo presidente da Petrobras e pelo próprio Mantega – manifestando contrapontos desde quando hospedado no Planejamento, até novembro de 2004, e depois no BNDES, em lugar de Carlos Lessa –, o conteúdo da administração Palocci recebeu o incondicional aval do presidente da República.

Embora tenha afirmado, em fevereiro de 2003, que gostaria de cometer somente erros novos, o ministro foi forçado a abandonar o posto por ter praticado dois dos mais elementares equívocos velhos. Do ângulo gerencial, Palocci contribuiu, de forma relevante, para a repetição, a partir do segundo trimestre de 2004, da valorização cambial, tal como verificada entre 1994 e 1998, e, conseqüentemente, para o desperdício de uma chance histórica de restauração do crescimento sustentado.

Do ângulo político, a ruína do ministro está diretamente associada ao seu envolvimento em eventos que ensejaram a edificação de suspeitas de crimes financeiros e a comprovação de extrapolação dos limites constitucionais no exercício do poder, por meio da utilização criminoso de instrumentos de intimidação do Estado, como a quebra de sigilo bancário sem autorização

judicial, aspectos que minaram a credibilidade do, nada mais nada menos, caixa do governo brasileiro, e restringiram sua capacidade de transmissão de segurança aos agentes econômicos.

Na verdade, os fundamentos da intensificação da austeridade monetária e fiscal que norteariam o mandato de Luiz Inácio foram edificados por ocasião do lançamento da Carta ao Povo Brasileiro, no ápice do vendaval cambial provocado pelas especulações contra o risco Lula, no transcorrer do ciclo eleitoral de 2002, e consolidados com a viagem do candidato eleito ao coração financeiro do mundo, no final daquele ano, para a realização da escolha de Henrique Meirelles para ocupar a Presidência do Banco Central.

Essa sucessão de episódios conservadores marcou a ruptura com a retórica de mutação radical do modelo de estabilização, prevaente no Brasil desde 1994, e a celebração de uma aliança estratégica com o capital financeiro de curto prazo, nacional e internacional, responsável pela rolagem da dívida pública brasileira. Daí a surpreendente radicalização do paradigma econômico herdado da era Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Os componentes recessivos reinantes na Fazenda ensejaram expressivos e diversificados cortes orçamentários por parte do governo federal, incluindo os dispêndios clássicos em saúde e educação, passando por fundos destinados à pesquisa e desenvolvimento e inclusão digital e atingindo programas estratégicos como aqueles pertencentes a rubricas fitossanitárias.

Não obstante, a ausência de crises internacionais ou, mais que isso, os maiores fluxos de comércio e de liquidez da economia mundial das últimas três décadas, registrados entre 2003 e 2005, acoplados à resposta positiva do setor privado – modernizado em métodos de gestão e de produção a partir da abertura dos anos 1990 –, à depreciação cambial de 2002 e ao movimento

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

ascendente do capitalismo internacional, propiciaram a eclosão de uma etapa de recuperação econômica, no segundo semestre de 2004, com respingos no mercado doméstico, particularmente na massa de salários (emprego e rendimentos reais).

Mesmo com os impactos negativos ocasionados pelo auge da instabilidade política, com a operação simultânea de três Comissões Parlamentares de Inquérito (Correios, Bingos e Mensalão) para apurar denúncias de corrupção contra membros da base aliada do governo, a propensão à gradual flexibilização monetária e fiscal foi mantida, conformando os ingredientes mínimos indispensáveis à continuidade da rota de reativação moderada da economia em ano eleitoral.

O viés heterodoxo e intervencionista do novo ministro pode servir apenas para viabilizar uma maior sincronização operacional no interior do governo

É justamente esse panorama que vem caracterizando o funcionamento do sistema econômico brasileiro durante a mudança de bastão na pasta da Fazenda. O novo ministro deve prosseguir nesta balada, por duas razões. Em primeiro lugar, é praticamente consensual a idéia de que não há mais tempo para modificações abruptas no jogo econômico em 2006, estando as regras colocadas no sentido da diminuição dos juros e do abrandamento dos superávits fiscais primários. Em segundo lugar, Mantega constitui o disciplinado “homem do presidente Lula”, tendo sido seu fiel escudeiro em matéria econômica por décadas.

Nas circunstâncias atuais, o viés heterodoxo e intervencionista do novo ministro – materializado na insistente defesa da tese de redução mais drástica da taxa de juros de longo prazo (TJLP) – e sua crítica contumaz aos juros altos e ao câmbio baixo podem servir apenas para viabilizar uma maior sincronização operacional entre a Receita Federal e o Tesouro Nacional, e técnica entre a Fazenda e as áreas dedicadas à formulação e execução de projetos de longa maturação, como Planejamento, Indústria e Comércio Exterior, Agricultura, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Regional, entre outras.

Em curto prazo, o ministro terá que concentrar esforços políticos para a aprovação da proposta do Orçamento da União pelo Congresso Nacional, a liberação de recursos emergenciais para abrandamento dos prejuízos acusados pela agropecuária – ocasionados por fatores climáticos e de mercado e pelo descaso do próprio governo federal – e a neutralização das pressões para elevação do dispêndio público atrelado às eleições.

Até porque, a tímida atuação da administração Lula nestes segmentos desautorizaria, em curto período, qualquer empreitada mais arrojada na direção da discussão e organização de um projeto de crescimento para o País, com a designação dos ganhadores e perdedores diretos de um novo ciclo expansivo e o restabelecimento do equilíbrio entre os elementos de competitividade sistêmica, especificamente juros, câmbio, tributos, burocracia, infra-estrutura e inversões em inovação. Aliás, por exigir disponibilidade de enorme estoque de capital político, essa tarefa deverá ser liderada pelo próximo presidente da República.

Exportações paranaenses: evolução dos índices de preço e *quantum*

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

No primeiro trimestre de 2006, as exportações do Paraná atingiram o valor de US\$ 2,1 bilhões, o que representou aumento de 4,8% em comparação ao mesmo período de 2005. Esse resultado assegurou a continuidade da trajetória ascendente das vendas externas estaduais, iniciada no ano de 2000, após a substituição do sistema de bandas cambiais pelo regime de livre flutuação da moeda nacional.

De 2000 a 2005, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações paranaenses cresceram a uma expressiva taxa média de 17,9% ao ano, acima da variação de 16,5% das vendas externas brasileiras. No entanto, os resultados mais recentes apontam para a redução do dinamismo das exportações estaduais (tabela 1), particularmente no ano de 2005 e no início do exercício de 2006, demonstrando uma maior suscetibilidade das vendas locais aos efeitos negativos da apreciação da taxa de câmbio.

Ademais, constata-se limitado aproveitamento pelo Paraná do movimento altista das cotações internacionais de alguns produtos, o que pode ser comprovado pela evolução de apenas 1,1% dos preços de exportação no ano passado, muito abaixo do aumento de 12,2% do índice de preços das vendas externas nacionais (tabela 2). Tal disparidade decorre, entre outros fatores, da pronunciada elevação das cotações do minério de ferro, petróleo e derivados e produtos metalúrgicos, itens que respondem por participações relevantes nas exportações do País, mas que não são representativos na pauta de comércio exterior do Estado.

Da mesma forma, a variação do *quantum* das exportações paranaenses foi inferior à das vendas nacionais, alcançando 5,5% e 9,3%, respectivamente, no ano de 2005. Portanto, o *quantum* foi preponderante na moderada ampliação das receitas geradas pelo comércio exterior estadual, ao contrário das exportações brasileiras, impulsionadas principalmente pela ascensão dos preços. Nesse sentido, não obstante o notável dinamismo das vendas nacionais, cabe ressaltar que as alterações nos determinantes do desempenho positivo do País, passando a haver uma maior influência dos preços, sinalizam aumento da dependência em relação à manutenção das favoráveis condições do mercado externo, o que pode potencializar os danos de uma eventual desaceleração da economia mundial.

Em uma avaliação pormenorizada das exportações do Estado, observa-se que os ramos de produtos alimentícios e bebidas, veículos automotores, agropecuária e madeira – segmentos com as maiores participações nas vendas externas paranaenses – apresentaram variações de 5,3%, 61,2%, -40,0% e -5,7%, respectivamente, nas receitas no exercício de 2005. No caso dos produtos alimentícios, a boa performance dos complexos carnes e açucareiro contrabalançou o fraco desempenho dos derivados da soja, resultante da queda da produção estadual da oleaginosa na safra 2004/2005. No cômputo geral, os índices de preço e *quantum* das exportações de alimentos avançaram 2,9% e 2,3%, respectivamente, garantindo aumento de 5,3% nas receitas no ano passado (tabela 3).

Já no que se refere aos veículos automotores, o significativo incremento de 61,2% das vendas ao exterior refletiu principalmente a elevação de 51,9% do *quantum* exportado. Em 2005, a indústria paranaense de material de transporte destinou considerável número de automóveis ao mercado europeu, sendo responsável pelo cumprimento da primeira etapa de um projeto de exportação de veículos para o Velho Continente. Além disso, a indústria local de veículos comerciais elevou substancialmente suas vendas para a América Latina, como resultado do fechamento de contratos para o fornecimento de ônibus.

Em contraposição aos dois segmentos acima citados, os ramos agropecuário e madeireiro anotaram reduções das receitas no ano passado. Como se sabe, a performance do setor primário foi fortemente influenciada pelo declínio da produção agrícola, derivado da prolongada estiagem no início de 2005, levando a uma queda de 30% do *quantum* exportado. Em relação à indústria madeireira, os resultados insatisfatórios decorrem da conjugação dos decréscimos das quantidades (-0,1%) e dos preços de exportação (-5,6%), tornando ainda mais nítidos os reflexos negativos da valorização do real em um mercado altamente competitivo.

*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES E BRASILEIRAS - 1996-2006

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (US\$ FOB)	Var. (%)	Valor (US\$ FOB)	Var. (%)
1996	4 245 904 871	19,0	47 746 728 158	2,7
1997	4 854 244 857	14,3	52 994 340 527	11,0
1998	4 227 994 512	-12,9	51 139 861 545	-3,5
1999	3 932 564 272	-7,0	48 011 444 034	-6,1
2000	4 392 091 140	11,7	55 085 595 326	14,7
2001	5 317 509 093	21,1	58 222 641 895	5,7
2002	5 700 199 375	7,2	60 361 785 544	3,7
2003	7 153 234 992	25,5	73 084 139 518	21,1
2004	9 396 534 183	31,4	96 475 238 342	32,0
2005	10 022 668 933	6,7	118 308 269 477	22,6
2006 ⁽¹⁾	2 093 772 265	4,8	29 387 321 230	20,2

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Primeiro trimestre de 2006.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DOS PREÇOS E DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES E BRASILEIRAS - 2000-2005

ANO	PARANÁ (%) ⁽¹⁾			BRASIL (%) ⁽¹⁾		
	Preço	Quantum	Exportações	Preço	Quantum	Exportações
2000	0,1	11,5	11,7	3,3	11,1	14,7
2001	-1,5	22,9	21,1	-3,5	9,5	5,7
2002	-3,6	11,2	7,2	-4,5	8,6	3,7
2003	5,8	18,6	25,5	4,6	15,7	21,1
2004	13,1	16,1	31,4	10,8	19,2	32,0
2005	1,1	5,5	6,7	12,2	9,3	22,6

FONTES: IPARDES, FUNCEX

NOTA: Dados brutos do MDIC/SECEX.

(1) Variação em relação ao ano anterior.

TABELA 3 - VARIAÇÃO DOS PREÇOS E DO QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO DIVISÕES DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2005

ATIVIDADES ECONÔMICAS	VARIAÇÃO (%)		
	Preço	Quantum	Exportações
Agricultura, pecuária e serviços relacionados com essas atividades	-14,2	-30,0	-40,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2,9	2,3	5,3
Fabricação de produtos do fumo	4,9	22,0	27,9
Fabricação de produtos têxteis	9,9	2,5	12,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	15,4	-55,7	-48,9
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro e calçados	-0,3	27,5	27,2
Fabricação de produtos de madeira	-5,6	-0,1	-5,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-1,5	18,5	16,7
Refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	33,8	44,8	93,8
Fabricação de produtos químicos	18,5	-3,8	14,0
Fabricação de artigos de borracha e plástico	12,3	25,8	41,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	11,9	-16,1	-6,1
Metalurgia básica	3,5	37,9	42,8
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	4,2	57,7	64,3
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15,3	2,9	18,6
Fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicações	-0,8	-15,9	-16,6
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	6,1	51,9	61,2
Fabricação de móveis e indústrias diversas	8,8	-7,1	1,0
TOTAL	1,1	5,5	6,7

FONTE: IPARDES

NOTA: Dados brutos do MDIC/SECEX.

Os impactos do novo salário mínimo

*Gilmar Mendes Lourenço**

A decisão das autoridades econômicas de elevação do salário mínimo (SM) de R\$ 300,0 para R\$ 350,0, representando variação nominal de 16,7% e real de 12,2 %, e de antecipação da vigência em um mês, a partir de 1º de abril de 2006, deve ser interpretada como positiva, independentemente dos objetivos e interesses políticos a ela acoplados, especialmente quando ocorre a coincidência temporal com o calendário eleitoral.

Essa postura oficial consolida o prosseguimento da trajetória de recomposição gradual do poder aquisitivo do mínimo, trilhada desde 1995. De fato, no transcorrer dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o SM acusou reajuste de 45,0% acima da taxa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para aferir a evolução média dos preços de uma cesta de produtos consumidos por famílias com rendimento mensal entre 01 e 08 SM.

Na gestão Lula (2003-2005), os ganhos ficaram em 25,0%, acumulando incremento de 82,0% em dez anos, aspecto que colocou o mínimo no maior patamar real desde 1980, equivalendo a uma capacidade de compra de 2,2 cestas básicas e a US\$ 160,0, contra 1,0 (uma) cesta e US\$ 60,0, respectivamente, no exercício de 1995. Frise-se que a valorização frente à cesta básica decorreu dos aumentos reais do mínimo e da menor impulsão dos preços dos alimentos, em razão da diminuição da cunha de tributos incidentes sobre essa categoria de produtos.

Já a mensuração em dólares revela-se imperfeita e enganosa, por incorporar apreciável valorização do real verificada desde fins de 2003. Se tal verificação fosse efetuada com base nos critérios do Banco Mundial que levam em conta a paridade de poder de compra (PPC - obtida pela conversão de reais em dólares, depois do confronto do padrão monetário nacional com um conjunto de moedas dos países com os quais o Brasil possui maior intercâmbio comercial), o SM ficaria em US\$ 80,0. Ademais, para cumprir os princípios embutidos no Decreto-Lei 2.162 de 1940, o SM deveria valer presentemente cerca de R\$ 1.500,00 ou US\$ 360,0 (PPC), sinalizando a existência de enorme espaço para a restauração de poder de compra.

No entanto, os efeitos líquidos do novo SM serão expressivos. Mesmo reconhecendo que apenas 6,0%

dos vínculos empregatícios formais no Brasil pertencem à faixa salarial entre zero e um SM, ou menos de 2,0 milhões de trabalhadores, a necessidade de ajuste das cifras de rendimentos para as classes entre R\$ 300,0 e R\$ 350,0 pré-Novo Mínimo e de correção dos valores previdenciários permite contabilizar painel de beneficiários de aproximadamente 40,0 milhões de pessoas e injeção de recursos da ordem de R\$ 25,0 bilhões no sistema econômico em 2006, segundo projeções do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Os efeitos líquidos do salário mínimo corresponderão a 1,3% do PIB, ou mais de quatro vezes os dispêndios com o Programa Bolsa-Família

Esses resultados correspondem a 1,3% do PIB, ou mais de quatro vezes os dispêndios com o Programa Bolsa-Família, comprovando que iniciativas voltadas à geração de renda possuem maior repercussão na produção e nas transações (e inclusive na redução das desigualdades) do que as práticas assistencialistas, disseminadas nos últimos anos como uma espécie de “prêmio consolação” ante a abdicação oficial da adoção de estratégias sustentadas de crescimento econômico.

Lembre-se de que os gastos privados das aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) representam o elemento preponderante para o funcionamento de vários municípios de pequeno porte do interior do País.

Por certo, os inconvenientes provocados pelo novo SM no equilíbrio das contas públicas e na matriz de custos

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

privados, em curto prazo, serão compensados e suplantados mais adiante pelos desdobramentos multiplicadores dinâmicos em diferentes cadeias de negócios, lideradas pelos ramos fabricantes de bens de consumo não-duráveis, em um panorama marcado pela ausência de pressões inflacionárias pelo lado dos demais determinantes da dinâmica dos componentes da demanda final, especificamente déficit público e crédito. Nessa linha, a possibilidade de dedução no Imposto de Renda da contribuição patronal ao INSS sobre os salários de empregados domésticos representa medida voltada à redução do peso adicional trazido pelo novo mínimo.

A perenidade dos objetivos de devolução do potencial aquisitivo ao salário mínimo não representa o remédio milagroso capaz de retirar parcela expressiva da sociedade brasileira da classe dos excluídos. Mas, é um primeiro passo na direção do resgate de alguns princípios essenciais de cidadania, mais articulados à busca de emprego e renda e menos atrelados às práticas oficiais de cunho paternalista. Até porque, conforme cálculos do

Dieese, metade dos pisos salariais do País vale entre 1,0 e 1,5 SM e cerca de 81,0% não atinge 2,0 SM.

No Paraná, o reajuste do mínimo federal deve atingir 2,0 milhões de pessoas e irrigar a economia regional com R\$ 1,7 bilhão de recursos, ou 1,4% do PIB. No Estado, somente 4,0% dos vínculos empregatícios totais com carteira assinada encaixam-se no intervalo salarial entre zero e um SM, representando um contingente ocupado de 90,0 mil, 5,0% do total brasileiro.

Adicionalmente, o governo do Estado enviou recentemente, à Assembléia Legislativa, projeto de lei instituindo o salário mínimo regional de R\$ 437,0, para abarcar os trabalhadores das categorias profissionais que não possuem dissídio ou acordo coletivo de trabalho. A medida cumpre a Lei Complementar 103 de 14 de julho de 2000, devendo servir de referência a cerca de 390 mil trabalhadores nas negociações salariais. Os Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul adotaram propostas semelhantes em 2001, fixando o mínimo em R\$ 369,45 e R\$ 374,67, respectivamente.

Riqueza e desigualdade: contrastes do Paraná

Gilmar Mendes Lourenço*

A despeito da interferência exercida por posturas e ambientes políticos diametralmente opostos, como o neoliberalismo pró-internacionalização, implícito nas ações das gestões de Fernando Henrique Cardoso e Jaime Lerner, e o intervencionismo traduzido na retórica de resgate das funções clássicas do Estado, predominante na administração do governador Roberto Requião, é inegável que a economia paranaense vem construindo uma mutação em sua estrutura produtiva, ao longo do último decênio.

De fato, a conjuntura macroeconômica favorável ao investimento, determinada pelo extermínio da hiperinflação inercial, com o lançamento e a consolidação do real depois de 1994, e pelo aprofundamento da abertura comercial, propiciou o retorno de um movimento de desconcentração geográfica do crescimento industrial no Brasil.

Mais precisamente, os projetos de novos estabelecimentos fabris passaram a contemplar a disposição de deslocamento das inversões da região saturada, polarizada por São Paulo, na direção de centros de porte médio e grande no Centro-Sul do País, situados em posição privilegiada frente aos principais mercados brasileiros e do Cone Sul. Tais espaços opcionais seriam dotados de infra-estrutura adequada em transportes, energia e telecomunicações; detentores de mão-de-obra qualificada com incipiente organização; e propensos ao oferecimento de incentivos fiscais e financeiros para os empreendedores potenciais.

Ao cumprir rigorosamente todos esses requisitos, o Paraná conseguiu montar eixos (sincronizados ou não) de oportunidades, liderados pelo parque automotivo – incluindo montadoras de automóveis e utilitários, fabricantes de motores e seus grandes fornecedores mundiais –, ramo que respondeu por quase 40,0% do valor das aplicações privadas aportadas no Estado entre 1994 e 2005.

Não menos importante foi a modernização do agronegócio, capitaneada pelas cooperativas, e a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro-papeleiro, com a implantação das plantas de MDF. Destacaram-se ainda o avanço da fronteira internacional, incorporando o Mercosul, e o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais.

Este último ponto poderia ser maximizado por intermédio da organização e mobilização social rumo à derrubada da inércia, estimuladas por políticas públicas

amparadas na infra-estrutura em Ciência e Tecnologia, disponível nas universidades e faculdades estaduais e na base descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), recentemente alçado ao *status* de Universidade.

Os frutos desse processo de alterações radicais começaram a aparecer. Existem indícios de redução da rígida complementaridade do Paraná frente a São Paulo e do peso do agronegócio na pauta exportadora do Estado. O Paraná é a quinta unidade federada brasileira em geração de renda, contribuindo com 6,4% do total do País, e a quarta em valor exportado para o resto do mundo, o que equivale a 8,5% do Brasil.

Aproximadamente 70,0% da renda industrial do Estado provém do funcionamento das atividades de produtos alimentares, refino de petróleo, material de transporte, química e papel e celulose. Mais de 70,0% do valor das importações procedentes do exterior está centrado em produtos químicos, material de transporte, máquinas, derivados de petróleo e material elétrico, expressando o peso da agropecuária e o avanço da industrialização (tabela 1).

TABELA 1 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - 1996/2005

GRUPO	DISTRIBUIÇÃO %	
	1996	2005
Químicos	17,2	20,4
Material de transporte	6,3	17,1
Máquinas e instrumentos mecânicos	13,0	13,9
Derivados de petróleo	14,5	10,2
Materiais elétricos e eletrônicos	9,0	9,6
Produtos metalúrgicos	1,4	3,4
Instrumentos de ótica e precisão	2,9	3,2
Papel e celulose	4,1	2,3
Têxteis	5,5	1,0
Cereais	6,0	1,5
Outros	20,1	17,4
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

A impulsão do setor manufatureiro também pode ser evidenciada pela ampliação da presença de produtos de material de transporte na pauta exportadora (25,0% do valor em 2005 contra 8,0% em 1997) e diminuição do complexo soja (de 50,0% para 23,0% em idêntico intervalo).

A par disso, do ângulo das contas públicas, a arrecadação tributária paranaense, particularmente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), vem concentrando-se em algumas poucas empresas e itens de produtos e serviços (combustíveis, energia e telecomunicações) de demanda inelástica, menos sensíveis às oscilações nos níveis de atividade econômica, o que facilitou a viabilização de programas de incentivos fiscais para micro e pequenas empresas. Ademais, o equacionamento da questão da previdência pública está encaminhado no Estado, ao contrário de outras instâncias do País, por meio da capitalização da Paraná Previdência, primordialmente com a antecipação do recebimento dos *royalties* de energia junto à União, contabilizando montante de ativos próximos de R\$ 4,0 bilhões.

Apesar dos vetores de expansão, as lideranças políticas e empresariais do Paraná vêm esbarrando em entraves e desafios nada desprezíveis, em um horizonte de médio e longo prazos

Apesar desse leque de vetores de expansão, as lideranças políticas e empresariais atuantes no Paraná vêm esbarrando em entraves e desafios nada desprezíveis, em um horizonte de médio e longo prazos, com ênfase para a natureza concentrada das unidades fabris e de comércio e serviços na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a diminuta integração local do complexo

automotivo, o desaparecimento da identidade empresarial e da retaguarda de fomento regional, a continuidade da migração campo-cidade, o elevado endividamento do setor público, comprometendo a capacidade de dispêndio do governo, e a reduzida presença e influência política do Estado na órbita federal.

Apenas a título de ilustração da aglutinação espacial, a região polarizada por Curitiba, abarcando a maioria dos municípios do espaço metropolitano, do Litoral e da Ribeira, apresenta uma dinâmica econômica bastante heterogênea, com pronunciada concentração de geração de renda no eixo central, capitaneado por Curitiba, por conta da diversificação industrial e dos serviços.

Em seu conjunto, a Região respondia por 40,8% do esforço produtivo realizado no Estado no exercício de 2003, sendo as maiores contribuições registradas pelos setores industrial (53,3%) e de serviços (44,2%), conforme indicado pela tabela 2.

A enorme capacidade concentradora exercida pela Mesorregião Metropolitana de Curitiba nos segmentos de indústria, comércio e serviços, especialmente pelo núcleo constituído pela capital e por alguns municípios limítrofes e/ou especializados, pode ser evidenciada pelo exame do perfil setorial de formação da renda.

Nesse caso, depreende-se que as atividades manufatureiras e de serviços representavam 66,9% e 31,8%, respectivamente, do valor adicionado regional em 2003, contra 51,2% e 29,3% para a média do Estado do Paraná, em virtude da interferência decisiva das atividades tipicamente urbanas e industriais – prevaletentes em Curitiba e em municípios como São José dos Pinhais, Araucária e Campo Largo – e de algumas peculiaridades relevantes, como cimento e alimentos em Balsa Nova, equipamentos de refrigeração em Fazenda Rio Grande, cimento em Rio Branco do Sul, entre outras (tabela 3).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NO VALOR ADICIONADO (SETORIAL E TOTAL) DO ESTADO DO PARANÁ - 1997/2003

NÍVEL TERRITORIAL	PARTICIPAÇÃO (%)							
	1997				2003			
	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
Curitiba	4,1	49,7	49,0	41,6	2,8	53,3	44,2	40,8
Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEFA

TABELA 3 - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADES - 1997/2003

NÍVEL TERRITORIAL	ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO (%)							
	1997				2003			
	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL	Primário	Secundário	Terciário	TOTAL
Curitiba	1,7	57,4	40,9	100,0	1,3	66,9	31,8	100,0
Paraná	17,2	48,1	34,7	100,0	19,5	51,2	29,3	100,0

FONTE: SEFA

Frise-se a rápida ampliação da fatia reservada à indústria na construção e apropriação da renda, ocorrida entre 1997 e 2003, como resultado de profundas modificações nos métodos de produção e de gestão das plantas tradicionais e da atração de novas e modernas empresas.

Mas, a síntese das restrições, ou o constrangimento mais agudo ao crescimento mais harmônico do Estado, compreende os indicadores e a dívida sociais, absolutamente antagônicos à contabilidade econômica. Um breve exercício com os resultados de estudos preparados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) permite verificar que o Paraná detém o sexto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ranking brasileiro, registrando resultado abaixo de 0,8 – tido como piso para o grau desenvolvido. Apenas 37,0% da população do Estado vive em municípios com IDH considerado elevado, contra 65,0% no Rio Grande do Sul, 71,0% em Santa Catarina e 72,0% em São Paulo.

Mais que isso, a desigualdade na apropriação da renda gerada, dimensionada pelo índice de Gini, diminuiu no Paraná praticamente à mesma velocidade que no Brasil no transcorrer de uma década, persistindo a condição de maior concentração de renda no Estado, quando comparado a outros espaços desenvolvidos como Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (tabela 4), aspecto comprovado por ocasião do cálculo da proporção dos rendimentos absorvidos pelos 10,0% mais ricos e os 40,0% mais pobres da população.

TABELA 4 - BRASIL - COEFICIENTE DE GINI SEGUNDO ESTADOS SELECIONADOS - 1993/1998/2002/2004

UNIDADE GEOGRÁFICA	1993	1998	2002	2004
Minas Gerais	0,590	0,570	0,563	0,545
Espírito Santo	0,589	0,585	0,581	0,553
Rio de Janeiro	0,586	0,578	0,556	0,558
São Paulo	0,545	0,542	0,555	0,530
Paraná	0,576	0,567	0,541	0,548
Santa Catarina	0,513	0,523	0,474	0,464
Rio Grande do Sul	0,557	0,562	0,550	0,532
Brasil	0,605	0,601	0,590	0,574

FONTE: IPEA

O grau de pobreza (percentual da população com rendimento per capita mensal inferior a meio salário mínimo) no Paraná supera aquele apurado em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, empatando com o Espírito Santo. O mais grave, porém, é que quase 70,0% da pobreza está localizada nas pequenas cidades do interior e na zona rural.

O descompasso entre os indicadores econômicos e sociais do Estado pode ser imputado à perpetuação concatenada de três fatores de exclusão

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade atingiu 7,9% no Paraná, contra 11,4% no Brasil, mas atrás de Santa Catarina e Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (5,5%), conforme apontado na tabela 5.

TABELA 5 - TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO ESTADOS SELECIONADOS - BRASIL - 2004

ESTADO	TAXA DE ANALFABETISMO (%)
Minas Gerais	9,9
Espírito Santo	9,5
Rio de Janeiro	4,8
São Paulo	5,5
Paraná	7,9
Santa Catarina	4,8
Rio Grande do Sul	5,5
Brasil	11,4

FONTE: IBGE

O descompasso entre os indicadores econômicos e sociais do Estado possui raízes estruturais, cuja identificação e interpretação exigiriam abordagens mais abrangentes e aprofundadas. Porém, uma incursão preliminar autorizaria imputar essa anomalia à perpetuação concatenada de três fatores de exclusão:

- a) a perseguição pública de um paradigma de desenvolvimento baseado na concessão de incentivos fiscais e financeiros, nacionais e estaduais, para a multiplicação das escalas e eficiência privadas, o que impôs a concentração espacial e técnica da produção, tanto na indústria quanto na agricultura;
- b) a ausência de uma política agrícola consistente e articulada, de longo alcance temporal, capaz de reabilitar o retorno dos negócios rurais e promover a profissionalização dos produtores;
- c) a abdicação de atitudes mais ousadas pelo Estado, dirigidas à atenuação das disparidades inter e intra-regionais na formação e repartição da renda e na criação de oportunidades de trabalho.

Nos tempos recentes, o Paraná estaria apenas reproduzindo o crônico e perverso circuito brasileiro de compressão dos níveis de poupança agregada, em benefício da elevação da propensão a consumir por parte das elites e das classes médias, diagnosticado e defendido permanentemente por pensadores e planejadores do calibre de Celso Furtado e seus principais seguidores.

A remoção das barreiras ao desenvolvimento sustentado e a eliminação, ou ao menos a minimização, do fosso que separa a pujança econômica do caótico quadro social do Paraná, requer a restauração dos instrumentos de planejamento público, como elementos definidores da correção das distorções provocadas pelo livre jogo das forças de mercado em um sistema econômico, e indutores da otimização das vantagens competitivas dos diferentes espaços regionais.

Aliás, a incapacidade do mercado em equacionar problemas cruciais como a pobreza e a necessidade de o Estado recuperar suas funções mais ativas vêm sendo apregoadas por um dos arautos do neoliberalismo, Jeffrey Sachs, atual consultor da Organização das Nações Unidas.

A oferta de um conjunto de estímulos fiscais e financeiros, por parte de um aparelho de estado desburocratizado e descentralizado, voltado à pequena produção – representante da derradeira fronteira social de expansão da renda – e ao empreendedorismo, ancorado em negócios industriais e de serviços de pequena e média dimensão, seria um primeiro passo nesse caminho.

Para tanto, afiguram-se cruciais a preparação de planos e programas e a implantação de políticas com pronunciada influência das administrações estaduais e a restauração do papel das instituições regionais de desenvolvimento. Por certo, esses ingredientes deveriam compor uma ampla agenda de reformas do Estado brasileiro, abarcando a redefinição das competências e encargos entre as diferentes instâncias da federação (união, estados e municípios); a discussão de uma alteração tributária na direção da diminuição, simplificação e progressividade dos impostos; e os

rearranjos na estrutura dos dispêndios públicos, privilegiando os investimentos em capital social básico.

Mesmo reconhecendo as diminutas chances de restabelecimento dos atributos desenvolvimentistas, característicos do Estado durante a vigência do modelo de industrialização por substituição de importações entre 1930 e 1980, não parece adequado o aceite subserviente do funcionamento de um setor público que abocanha cerca de 38,0% da riqueza gerada, na forma de tributos, e mais de 50,0% do crédito bancário do País para a rolagem de seu passivo fiscal que, em outros tempos, fora coberto com a inflação e o endividamento.

Nessa perspectiva, seria necessária a reestruturação voluntária e/ou negociada dos papéis das carteiras das instituições financeiras, mediante a intensificação da criação de modalidades de aplicações de prazo mais longo, e estreitamente vinculadas a grandes empreendimentos infra-estruturais nas áreas de energia, transportes e armazenagem.

A educação no Paraná: resultados do ENEM 2005

*Agemir de Carvalho Dias**

A Educação como fator determinante para o desenvolvimento dos povos já foi bastante estudada pelos teóricos do capital humano. O desenvolvimento econômico se associa ao investimento no desenvolvimento da pessoa. Todo investimento em capital humano deve ser compreendido de forma diferente de consumo. Investimentos em capital humano são os que se referem à saúde do trabalhador, ao ensino formal, ao treinamento no emprego, a programas de educação de adultos etc.

Nesse sentido, a educação torna-se central nos projetos de governo e nas exigências das empresas com relação ao trabalhador. O reconhecimento de que o trabalhador que mais investiu na sua formação traz maior rentabilidade para a empresa e maior rendimento para si mesmo tornou-se um consenso na sociedade atual. A Legislação brasileira (LDBEN, Lei 9.394/96) e o Plano Nacional da Educação aprovado pela Lei nº 10.172/2001 estabeleceram o objetivo de que toda criança deveria estar na escola. A mesma legislação prevê o crescimento do número de anos de escolarização da população. Isto está sendo levado a efeito através do aumento para nove anos do ensino fundamental e da expansão da formação no ensino médio e superior.

O Estado Brasileiro (União, Estados e Municípios) tem a obrigação legal de fornecer educação fundamental para todas as crianças, objetivo alcançado nos últimos anos. Persegue-se agora a universalização do número de alunos na educação infantil e no ensino médio, com a transformação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) em Fundeb (Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), em que os mesmos mecanismos aplicados para a universalização do ensino fundamental são propostos para toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Mas não basta alcançar a universalização da educação básica. Uma outra meta se impõe para a política de educação, que é a busca da qualidade do ensino. As políticas de educação estabelecidas na Legislação caminham nessa direção quando estabelecem critérios para a formação dos professores e instrumentos de avaliação da educação.

Nos últimos anos, alguns instrumentos para avaliação da educação foram criados, entre eles o Sistema

de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia o desempenho dos alunos da educação básica, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que avalia o desempenho dos alunos da educação superior. O Enem (Exame Nacional de Estudantes do Ensino Médio) é um instrumento de avaliação que, por suas características, não deveria ser usado como critério para análise da qualidade do ensino. Contudo, ele se tornou um indicador importante para o público em geral, pois a nota aí obtida é utilizada por diversas instituições de ensino como critério de ingresso no curso superior e para a obtenção de bolsas de estudo do Prouni (Programa Universidade Para Todos).

Segundo o Censo Escolar do ano de 2005, 468.208 paranaenses cursavam o ensino médio regular, dos quais 409.489 na rede estadual (tabela 1). Nos últimos 10 anos, o número de matriculados teve um acréscimo de 116.470 alunos (33,11%), sendo 107.472 matrículas adicionais na rede pública estadual (35,58%). A rede particular de ensino médio no Paraná teve um acréscimo de 18.174 alunos (48,23%). Contudo, o número de alunos matriculados no ensino médio diminuiu desde 1999 na rede estadual (10,25%) e cresceu 4,95% na rede particular entre 1995 e 2005.

A demanda pelo ensino médio no total de alunos matriculados diminuiu nos últimos seis anos, acompanhando a tendência do Brasil. Por sua vez, o número de escolas estaduais que ofertam o ensino médio teve um acréscimo de 48% no número de estabelecimentos entre 1996 e 2004, passando de 734 escolas para 1.093, segundo o Censo Escolar. O aumento do número de escolas e a estabilização da matrícula de alunos apontam para uma diminuição da necessidade em investimentos na construção de novos estabelecimentos de ensino médio.

Diminuída a pressão pela expansão da rede de ensino médio, as políticas educacionais podem eleger um novo foco para a educação paranaense: a melhoria da qualidade de ensino.

*Sociólogo, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARANÁ - 1995-2005

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Rede federal	11.851	12.551	12.463	11.091	8.673	7.775	4.831	4.621	3.217	2.626	2.543
Rede estadual	302.017	336.641	361.270	396.745	456.290	433.151	417.382	407.751	410.504	410.174	409.489
Rede municipal	195	276	69	-	113	102	-	-	-	27	44
Rede particular	37.675	51.100	52.504	55.324	53.211	50.067	50.150	50.362	54.175	54.903	55.849
TOTAL	351.738	400.568	426.306	463.160	518.287	491.095	472.363	462.734	467.896	467.730	468.208

FONTE: INEP - Censo Escolar

Apesar de a educação paranaense se encontrar acima da média brasileira em termos de qualidade, ela ainda apresenta os piores resultados comparativamente com o Sul do Brasil, como se observa nos resultados do Saeb. Este avaliou a qualidade da educação no Paraná nos últimos anos e o resultado demonstrou que o Estado não conseguiu, no período de 1995 a 2003, melhorar o desempenho dos alunos em português e matemática (tabelas 2 e 3). Pelo critério do Saeb, nas duas áreas de conhecimento avaliadas o Paraná ficou abaixo do adequado. Conforme a escala desse sistema de avaliação, a pontuação adequada para o concluinte do ensino médio é de 350 pontos em português e 375 pontos em matemática.

TABELA 2 - MÉDIA DE DESEMPENHO EM LÍNGUA PORTUGUESA NA 3.ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - PARANÁ - 1995/2003

MÉDIA	1995	1997	1999	2001	2003
Nota	291,4	290,6	276,4	260,5	269,3

FONTE: INEP/SAEB

TABELA 3 - MÉDIA DE DESEMPENHO EM MATEMÁTICA NA 3.ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - PARANÁ - 1995/2003

MÉDIA	1995	1997	1999	2001	2003
Nota	288,3	295,7	293,5	280,0	291,5

FONTE: INEP/SAEB

As avaliações do Saeb mostram que nos últimos anos o Paraná não conseguiu estabelecer uma política de melhoria da qualidade de ensino. Os alunos da rede estadual de ensino têm um desempenho intermediário nas competências de língua portuguesa, e crítico nas competências de matemática, como indicam as tabelas 4 e 5, a seguir.

TABELA 4 - PERCENTUAL DE ESTUDANTES NOS ESTÁGIOS DE CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS - LÍNGUA PORTUGUESA - 3.ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - SAEB 2001 E 2003

ESTÁGIO	PARANÁ	
	2001	2003
Muito crítico	3,9	2,7
Crítico	40,7	33,9
Intermediário	50,5	56,7
Adequado	4,9	6,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: INEP

TABELA 5 - PERCENTUAL DE ESTUDANTES NOS ESTÁGIOS DE CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS - MATEMÁTICA - 3.ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - SAEB 2001 E 2003

ESTÁGIO	PARANÁ	
	2001	2003
Muito crítico	3,5	4,1
Crítico	61,0	56,1
Intermediário	29,5	30,0
Adequado	5,9	9,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: INEP

Quando comparado com o Rio Grande do Sul, o ensino médio das escolas públicas estaduais do Paraná está em desvantagem (o Saeb não tem avaliação do desempenho dos estudantes de Santa Catarina para o ensino médio) – tabelas 6 e 7 –, apesar da piora do desempenho dos estudantes também no Rio Grande do Sul, refletindo a situação precária das políticas públicas de qualidade de educação.

TABELA 6 - MÉDIA DE DESEMPENHO EM LÍNGUA PORTUGUESA NA 3.ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - RIO GRANDE DO SUL - 1995/2003

MÉDIA	1995	1997	1999	2001	2003
Nota	301,9	308	280,5	285,4	285,9

FONTE: INEP/SAEB

TABELA 7 - MÉDIA DE DESEMPENHO EM MATEMÁTICA NA 3.ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - RIO GRANDE DO SUL - 1995/2003

MÉDIA	1995	1997	1999	2001	2003
Nota	299,5	325,3	305,3	309,9	301,7

FONTE: INEP/SAEB

As escolas da rede pública do Estado do Paraná, embora se encontrem em uma situação melhor que a do Brasil, tem o pior desempenho da Região Sul nos testes do Enem, confirmando a avaliação feita pelo Saeb (tabela 8).

Apesar de o Saeb ser uma ferramenta melhor, do ponto de vista metodológico, para a avaliação da qualidade da educação, é o Enem que possibilita aos pais e alunos compararem o desempenho de cada escola. Os resultados até aqui demonstram que o Paraná deve investir prioritariamente na melhoria da qualidade da educação.

TABELA 8 - RESULTADOS DO ENEM DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - 2005

MÉDIA	BRASIL	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
Média da prova objetiva	32,434	33,940	36,092	37,688
Média total (redação e prova objetiva)	41,663	42,926	44,831	47,130
Média da prova objetiva com correção de participação	31,903	33,638	35,659	37,274
Média total (redação e prova objetiva) com correção de participação	40,065	41,560	43,274	45,599

FONTE: INEP/ENEM

Quando se observam os resultados do Enem por tipo de escola no Paraná, percebe-se a reprodução de um fenômeno observável no Brasil como um todo: as melhores escolas de ensino médio são as federais e, em segundo plano, estão as particulares (tabelas 9 e 10). Tanto a rede particular de escolas de ensino médio quanto a rede federal utilizam mecanismos de seleção de alunos: critérios econômicos, para as particulares, e concorridos vestibulares para as federais. Nesse aspecto a rede pública estadual é mais democrática e, nos pequenos municípios, é a única disponível para a população.

TABELA 9 - RESULTADOS DO ENEM DA REDE PARTICULAR DE ENSINO DO PARANÁ - 2005

MÉDIA	BRASIL	PARANÁ
Média da prova objetiva	51,024	52,480
Média total (redação e prova objetiva)	56,831	56,664
Média da prova objetiva com correção de participação	50,696	52,308
Média total (redação e prova objetiva) com correção de participação	55,723	55,567

FONTE: INEP/ENEM

TABELA 10 - RESULTADOS DO ENEM DAS ESCOLAS FEDERAIS NO PARANÁ - 2005

MÉDIA	BRASIL	PARANÁ
Média da prova objetiva	54,689	64,719
Média total (redação e prova objetiva)	59,311	64,724
Média da prova objetiva com correção de participação	54,569	64,598
Média total (redação e prova objetiva) com correção de participação	58,716	64,625

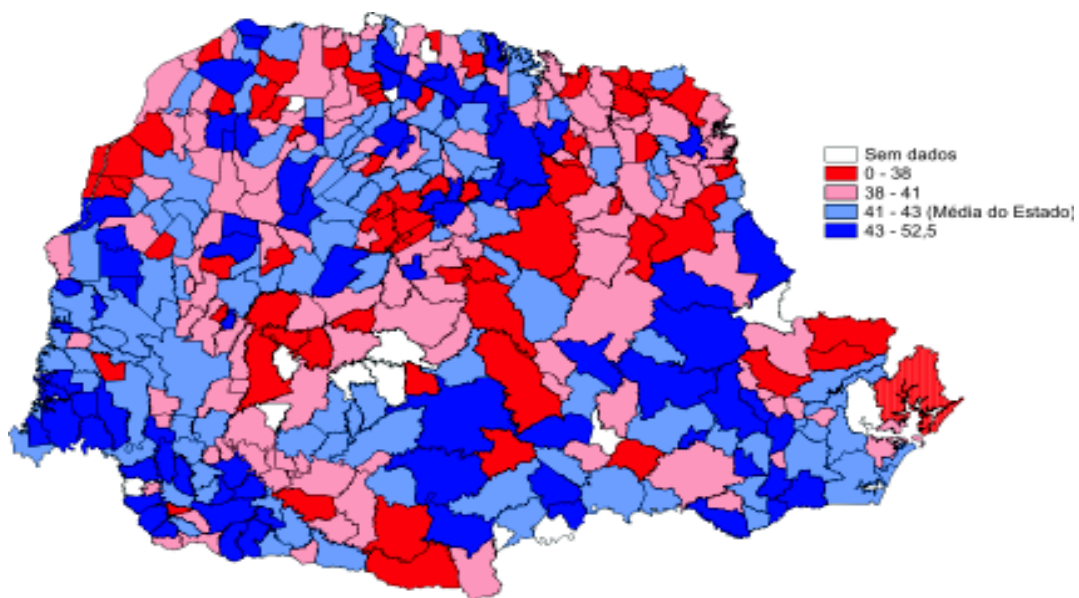
FONTE: INEP/ENEM

Uma comparação entre o IDH-M dos municípios do Paraná e os resultados do Enem sugerem que o índice de desenvolvimento não é fator definitivo para os resultados deste exame, como se pode observar nos mapas 1 e 2.

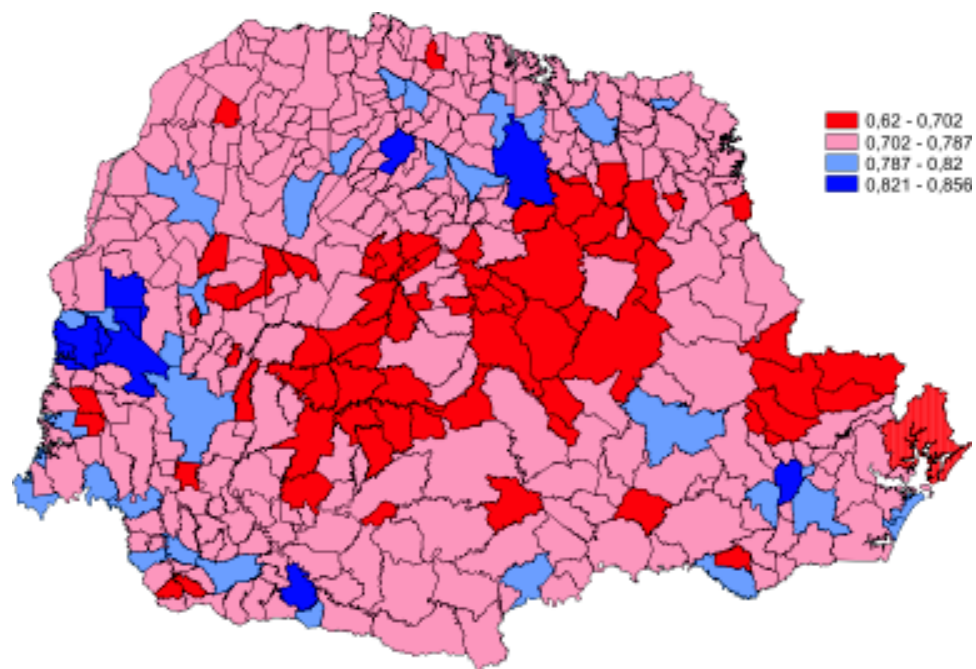
Os melhores resultados no Enem ocorreram nas regiões Sudoeste, Oeste, Centro-Oriental e Sudeste do Estado. Também houve melhor desempenho nas regiões metropolitanas de Londrina e Sul de Curitiba. As piores performances se deram nas regiões: Centro-Occidental, Noroeste, Norte Pioneiro e na região metropolitana norte de Curitiba.

Na avaliação do Enem, poucas escolas no Paraná alcançaram um desempenho acima de 50 pontos. Em Curitiba, destacam-se o Colégio da Polícia Militar (60,17) e o Colégio Estadual do Paraná (53,97) e no interior do Estado o Colégio Monteiro Lobato, de Colorado (52,5), e o Colégio Marcelino Champagnat, em Londrina (50,16).

As políticas educacionais exigem um tempo de maturação para alcançar os resultados esperados. Contudo, é possível verificar, pela série histórica de avaliação do Saeb, que há uma deficiência na educação no Paraná. A avaliação do Enem 2005 apenas reafirma o grande desafio, necessário e urgente, para as políticas públicas na área da educação, que é a melhoria da sua qualidade.



MAPA 1 - RESULTADOS DO ENEM DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL POR MUNICÍPIO - 2005
 FONTE: INEP/ENEM



MAPA 2 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO PARANÁ POR MUNICÍPIO - 2000
 FONTE: PNUD/IPEA/FJP

Sintomas de crise na economia do Paraná

Gilmar Mendes Lourenço*

Os resultados da evolução dos principais indicadores dos níveis de atividade produtiva regional, apurados e divulgados por diferentes instituições de pesquisa e estatística, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), confirmam a disseminação de um panorama de instabilidade na economia paranaense no primeiro bimestre de 2006.

Cálculos preparados pela FAEP revelam perdas de faturamento de R\$ 5,3 bilhões na agropecuária do Estado em 2006, correspondendo a 29,0% dos prejuízos estimados para o setor no País (R\$ 18,2 bilhões). Segundo inferências do DERAL, a safra paranaense de grãos deve chegar a 24,9 milhões de toneladas no corrente ano, 15,0% abaixo do potencial produtivo de 29,3 milhões de toneladas.

As vendas reais do setor manufatureiro decresceram 0,2% nos primeiros dois meses do corrente ano, em comparação com idêntico período de 2005, puxadas pelas divisões da metalmecânica, dos insumos da construção civil, da química e de têxtil e calçados. Tal comportamento praticamente se reproduziu para as compras de insumos e o emprego industrial, que declinaram 6,5% e 5,1%, respectivamente (tabela 1).

A produção industrial estadual declinou 6,8% em igual intervalo, contra expansão de 4,2% registrada pela indústria brasileira. Trata-se do pior desempenho entre os treze estados pesquisados pelo IBGE, corroborando uma trajetória de pronunciada desaceleração dos negócios vinculados à indústria, esboçada desde o segundo semestre do ano passado (tabela 2).

O indicador acumulado nos últimos doze meses encerrados em fevereiro também observou variação negativa (-0,6%), à frente apenas das indústrias cearense (-1,3%, justificada pela compressão do complexo têxtil-vestuário-calçadista), catarinense (-1,2%) e gaúcha (-3,6%), estas últimas em razão do binômio agricultura-câmbio.

Concretamente, a performance negativa da indústria regional no começo de 2006 foi influenciada decisivamente por veículos automotores (-24,6%), máquinas e equipamentos (-18,4%), química (-7,9),

madeira (-7,8%), mobiliário (-7,2%), minerais não-metálicos (-5,7%) e alimentos (-1,0%). A redução da produção de veículos deriva dos impactos da transferência da linha do automóvel Fox Europa da Volkswagen, de São José dos Pinhais (Paraná) para São Bernardo do Campo (São Paulo), verificada no segundo semestre de 2005, em atendimento à programação da companhia determinada por pressões e/ou negociações de natureza sindical.

TABELA 1 - PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DAS VENDAS E COMPRAS DE INSUMOS REAIS E DO EMPREGO INDUSTRIAL, SEGUNDO GÊNEROS DE ATIVIDADE - JAN/FEV 2006

GÊNEROS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	Vendas	Compras de insumos	Emprego
Minerais não-Metálicos	-7,5	-0,6	-3,5
Metalurgia	-1,5	-24,1	-5,1
Mecânica	-8,0	-18,0	-21,0
Material Elétrico e de Comunicações	-3,0	-30,4	-7,6
Material de Transporte	-8,0	-24,0	-0,6
Madeira	-29,3	-27,6	-22,5
Mobiliário	3,2	-13,6	-0,1
Papel e Papelão	3,0	2,1	2,2
Couros e Peles	110,0	118,9	12,5
Química	-9,9	40,8	-9,3
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	-3,7	16,1	4,5
Perfumaria, Sabões e Velas	168,4	142,9	13,9
Matérias Plásticas	-46,3	-35,7	-19,2
Têxtil	-29,1	-29,9	-41,0
Vestuário, Calçados e Artefatos	-63,8	-63,4	24,5
Produtos Alimentares	16,9	4,3	2,9
Bebidas	-7,1	-7,8	3,5
Editorial e Gráfica	9,2	-6,7	-0,2
Indústria de Transformação	-0,2	-6,5	-5,1

FONTE: FIEP

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE - Centro Universitário, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*, *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

TABELA 2 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS SELECIONADOS - JAN/FEV 2006

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Amazonas	11,9
Pará	10,0
Goiás	2,2
Ceará	9,3
Pernambuco	2,9
Bahia	7,0
Minas Gerais	6,1
Espírito Santo	2,3
Rio de Janeiro	7,8
São Paulo	3,4
Paraná	-6,8
Santa Catarina	1,1
Rio Grande do Sul	-1,9
BRASIL	4,2

FONTE: IBGE

NOTA: Base de comparação – igual período do ano anterior.

Em máquinas, química (adubos e fertilizantes) e alimentos, os recuos podem ser imputados primordialmente à crise na agropecuária. Nos segmentos de mobiliário e minerais não-metálicos, o encolhimento experimentado advém da mais que decenal instabilidade da construção civil, apesar da recente redução de impostos para a cesta básica de insumos. Já para o ramo madeireiro, o comportamento depressivo resulta do câmbio não competitivo.

Em meio a esse ambiente desanimador, emergiram os desempenhos positivos de borracha (22,0% - produção de pneus), bebidas (19,0% - consumo de verão), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (10,7% - em virtude da redução de preço dos componentes, devido à desvalorização do dólar, da diminuição dos tributos e das facilidades de crédito, com a queda dos juros e a ampliação dos prazos) e celulose e papel (9,0%), sendo que este último ramo começa a acusar perda de rentabilidade nas exportações com o câmbio apreciado.

Em curva semelhante, o nível de emprego industrial caiu 3,3% nos primeiros dois meses do ano no Paraná, contra queda de 1,1% para o Brasil. A despeito da redução generalizada, o sinal negativo foi determinado basicamente pelo desempenho das atividades dos segmentos madeireiro (-3,0%) e do vestuário (-1,1%). A expansão mais relevante no período foi apresentada por alimentos e bebidas (1,5%).

Por fim, as vendas reais do comércio varejista paranaense encolheram 2,0% no primeiro bimestre de 2006, contra expansão média nacional de 6,0%. O desempenho do comércio no Estado foi o terceiro pior do Brasil, à frente apenas do Mato Grosso do Sul (-5,5%) e do Rio Grande do Sul (-4,2%), todos afetados fortemente pela queda de renda verificada na agricultura.

Especificamente, as vendas no Paraná foram mais comprimidas nos ramos combustíveis e lubrificantes (-10,2%) e hipermercados e supermercados (-6,7%), em face do colapso no setor rural, e ascendentes em equipamentos e materiais para escritório e informática (75,3%), artigos farmacêuticos (11,6%), móveis e eletrodomésticos (10,7%) e vestuário (5,8%), em função do barateamento das importações e do afrouxamento do crédito.

A perda de embalo do setor produtivo, nos limites geográficos do Paraná, está diretamente associada ao entrelaçamento de alguns fatores negativos, sintetizados na queda de rendimento físico e financeiro do agronegócio, nos efeitos da persistência do viés monetarista/tributarista na gestão macroeconômica do País, e em decisões pontuais de empresas estratégicas sediadas no Estado.

A perda de embalo do setor produtivo no Paraná pode ser imputada à queda de rendimento do agronegócio, ao viés monetarista/tributarista da gestão macroeconômica do País e a decisões pontuais de empresas estratégicas

Mais precisamente, a combinação entre a ocorrência de distorções climáticas (secas) por três safras consecutivas, o declínio dos preços internacionais das *commodities* agrícolas, o aparecimento, a propagação ou os reflexos de problemas fitossanitários (febre aftosa e ameaça da gripe do frango asiática) e o câmbio defasado retiraram expressiva capacidade de geração de renda dos ramos ligados direta e indiretamente ao setor primário regional, ao atingirem a demanda de grãos e de carnes e implicarem quedas relevantes nos preços da terra e de outros ativos, como máquinas e implementos.

Na verdade, a maior proteção à fração microeconômica do agro, ensejada pelas inovações tecnológicas, particularmente em utilização de insumos e defensivos, por práticas de irrigação e por modalidades de transações em mercados futuros, foi praticamente anulada pelos constrangimentos macros, inclusive por meio da deterioração cambial acusada pelo retardo temporal entre a aquisição dos bens de produção e a comercialização efetiva da safra. O mais grave, porém, é a situação de descapitalização e inadimplência dos produtores, resultando em depreciação dos preços dos ativos, particularmente dos imóveis rurais, superior a 40,0% nos últimos dois anos.

Ao mesmo tempo, a intransigente defesa e prática de juros reais elevados pelo Ministério da Fazenda contribuiu para a compressão do consumo, a despeito do reforço da massa de salários – proporcionado pela redução do desemprego e das elevações dos rendimentos reais maximizadas pelos reajustes do mínimo –, e do investimento privado e a contenção do poder de fogo do dispêndio e das inversões públicas.

Adicionalmente, os juros altos criaram constrangimentos às exportações, decorrentes da produção de uma indesejável sobrevalorização da taxa de câmbio, resultado da impulsão da oferta de dólares no mercado interno, provocada pela atração de capitais externos voláteis e, em menor medida, pelos superávits contabilizados pela balança comercial, em razão do incremento da demanda mundial. Na mesma linha, a carga tributária incidente sobre o sistema econômico para a cobertura dos estratosféricos juros da dívida pública também constitui fator inibidor do consumo e do investimento privado.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pasto***

AGROPECUÁRIA

Safra de cebola bate recorde

Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura, a safra 2005/06 de cebola é de aproximadamente 100 mil toneladas. Nos últimos anos a produção alcançava 75 mil toneladas e no último triênio obteve boa lucratividade. Com relação à safra anterior houve um aumento de 7% na área plantada.

A Região Metropolitana de Curitiba e a região de Irati são os maiores produtores de cebola, e juntas respondem por mais de 80% da produção do Estado. A média da produção paranaense é de 15 t/ha e na região de Irati pode chegar a 50 t/ha.

O produto vem recebendo de R\$ 8 a R\$ 8,6 por saca de 20 kg.

PARANÁ colhe safra recorde de cebola. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 fev. 2006. p.28.

Ovinocultores da região de Londrina fundam cooperativa

Trinta e um criadores de ovinos da região de Londrina, donos de um plantel de 5.000 matrizes, oficializaram a fundação de uma cooperativa durante a 46ª Exposição Agropecuária e Industrial. Os associados à Coopercapanna planejam investir no melhoramento genético e padronizar a alimentação dos animais e o peso das carcaças (13 a 20 quilos). O abate está sendo terceirizado e há expectativa de que a oferta de carne inspecionada e com cortes especiais consiga melhores preços. A iniciativa segue os passos da bem-sucedida experiência dos produtores da região de Castro, fundadores da Cooperativa Castrolanda. O consumo nacional per capita de carne ovina passou de 0,7 kg/ano em 2003 para 2,4 kg/ano em 2005.

AVANSINI, Carolina. Ovinocultores se unem para organizar mercado. **Folha de Londrina**, 15 abr. 2006, Folha Rural, p. 4.

COOPERATIVA para reunir ovinocultores. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 abr. 2006. p.26.

AGROINDÚSTRIA

Gripe aviária força demissões na Seara

A queda nas exportações de frango provocada pela gripe aviária fez com que a Seara, empresa abatedora, demitisse 90 funcionários. A unidade de Jacarezinho, norte do Estado, entrou em férias coletivas.

Com a crise nas exportações os estoques da Seara ficaram acima do previsto, forçando a desova desse excedente no mercado interno.

Com 814 funcionários, a Seara é uma das maiores empregadoras de Jacarezinho.

LIMA, Marli. Gripe leva Seara a demitir e a dar férias no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 4 abr. 2006. Empresas, p.B3.

MARTINS, Marco. Gripe do frango esvazia aviários ligados à Seara. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 abr. 2006. p.19.

Imcopa: certificação e diversificação

A Imcopa, empresa que esmaga 2,4 milhões de toneladas de soja por ano em Araucária, embarcou para a Suíça o primeiro carregamento de farelo com a certificação "ProTerra". Além de exigir que o produto não seja transgênico, a certificação ainda requer dos produtores o cumprimento de rígidos critérios ambientais e trabalhistas.

A Imcopa produz 10 mil litros de etanol diariamente como subproduto da obtenção do farelo de soja concentrado e atualmente constrói uma nova fábrica com a intenção de septuplicar essa capacidade. A empresa decidiu investir na produção de biodiesel, com 15% de etanol, a partir de 2007. O grupo deve faturar US\$ 750 milhões em 2006, o que representa crescimento de US\$ 100 milhões em relação ao ano passado.

ROCHA, Alda do Amaral. Soja "sustentável" embala avanço da paranaense Imcopa. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 abr. 2006, Empresas, p. B14.

ROCHA, Alda do Amaral. Grupo diversifica produção e deve faturar US\$ 750 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 abr. 2006, Empresas, p. B14.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1º/03/2006 a 30/04/2006.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

INDÚSTRIA

Renault investe 50 milhões de euros na RMC

A Renault iniciou a produção do novo Mégane, o primeiro dos cinco modelos previstos pelo plano de recuperação da empresa até 2009.

O projeto exigiu investimentos de 50 milhões de euros na fábrica localizada em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. A expectativa é de criar 700 novos postos de trabalho na unidade, que deverão ser preenchidos até o final do ano.

A empresa, que obteve no ano passado 2,9% de participação no mercado brasileiro, espera fechar 2006 com 3,6% de participação.

COUTO, Roberto. Renault lança novo Mégane. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 mar. 2006. p.20.

Vinícola usa nova estratégia para aumentar faturamento

A Vinícola Campo Largo alugou a marca Vinhos Paraná – detentora de cerca de 15% do mercado paranaense – por dois anos, com opção de aquisição definitiva. A expectativa é de que a marca represente 8% do faturamento da empresa em 2008.

A Campo Largo faturou R\$ 48 milhões no ano passado e, para 2006, é previsto um crescimento de 23%.

LIMA, Marli. Vinícola no Paraná aluga marca para crescer. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 mar. 2006. Empresas, p.B5.

Volvo importa da Índia

A Volvo, fabricante de caminhões e ônibus, há um ano vem importando peças fundidas da Índia e estuda estender a prática a fornecedores da China.

Uma norma interna da empresa exige que as peças indianas passem pela matriz na Suécia antes de chegar ao Brasil, viagem que leva 60 dias.

A valorização do real e os baixos preços das peças asiáticas foram os fatores que estimularam as importações. Esse processo preocupa os fornecedores brasileiros, que temem pressão para redução dos preços das peças nacionais.

OLMOS, Marli. Volvo já importa autopeças da Índia. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 mar. 2006. Empresas, p. B7.

Parceria para capacitar mão-de-obra do setor de vestuário

Um projeto de aproximadamente R\$ 5 milhões firmou uma colaboração entre Senai, Sebrae e Sindicato da Indústria do Vestuário (Sivepar) em Londrina. O empreendimento busca a capacitação de mão-de-obra para o setor, que reúne cerca de 400 empresas, geradoras de aproximadamente 12 mil empregos.

O acordo havia sido estabelecido no fim de 2004, porém começou a ser posto em prática apenas no início do ano passado com a parceria entre Senai e Audaces – empresa esta de Santa Catarina, que desenvolve *software* para a automatização da produção. Também tiveram início em fevereiro deste ano as obras do Centro Tecnológico do Vestuário e da Moda. Com a ampliação

da estrutura serão criadas 700 novas vagas para cursos ligados ao setor vestuário, oferecidos pelo Senai.

Os empresários do setor também serão auxiliados pela Rede de Tecnologia (Retec), desenvolvida pela Federação das Indústrias do Paraná, e o Núcleo de Formação Tecnológico informará os profissionais ligados ao setor.

MAZZINI, Fernanda. Parceria capacita setor do vestuário. **Folha de Londrina**, 30 mar. 2006. Economia, p.1.

Bosch de Curitiba exportará para os EUA

A fabricante alemã de autopeças investiu R\$ 256 milhões para desenvolver uma nova linha de injetores de combustível na fábrica de Curitiba. Projetados especificamente para motores de veículos médios e pesados, os injetores estão em conformidade com a nova lei norte-americana de emissão de poluentes e serão exportados, inicialmente, para a General Motors dos EUA. A expectativa é de que, futuramente, essa linha também seja demandada pelo mercado interno. Cummins, MWM/ International e Iveco são potenciais clientes domésticos.

Em 2007, a produção total de injetores deve crescer 33%, e 60% dela deve ser exportada.

OLMOS, Marli. Bosch monta linha exclusiva para atender Estados Unidos. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 mar. 2006. Empresas, p.B9.

Parceria Montana/Landini inaugura fábrica

A parceria entre a indústria paranaense Montana e a Landini, divisão agromecânica do grupo italiano Argo SpA, inaugurou no final de março sua fábrica em São José dos Pinhais. A planta produzirá tratores Landini com duas motorizações (140 e 160 cv) e pulverizadores Montana. Em virtude da crise nas culturas de grãos e da valorização do real, o investimento final ficou aquém do planejado em 2004 (4 milhões de euros dos 20 milhões de euros projetados).

Ao investir no Brasil, a Landini busca uma fatia no mercado que, em bons anos, é capaz de demandar 20 mil tratores. As máquinas e implementos agrícolas com nacionalização mínima de 75% estão qualificadas para financiamentos do Moderfrota, programa federal com juros subsidiados.

Os tratores serão distribuídos através de trinta concessionárias, mantidas por duas cooperativas.

DENARDIN, Valmir. Crise reduz investimento de nova fábrica de trator. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 mar. 2006. p.20.

SCORTECCI, Catarina. Inaugurada fábrica de tratores na RMC. **Folha de Londrina**, 1 abr. 2006. Economia, p.3.

Indústrias de máquinas e equipamentos para madeira mostram força

A Feira Internacional de Máquinas, Equipamentos e Produtos para Exportação e Industrialização da Madeira e do Móvel (Femade), realizada em Curitiba entre 4 e 8 de abril, mostrou a força do setor – mesmo diante da queda de 11% no faturamento anual entre 2004 e 2005. A valorização do real e a escalada do preço do aço provocaram a revisão de estratégias produtivas. As empresas paranaenses foram bem-sucedidas, exportando ou voltando-se para o mercado interno,

que absorve 60% da produção. A indústria de máquinas para madeira do Estado exportou o equivalente a US\$ 9,9 milhões em 2005, frente aos US\$ 6,6 milhões do ano anterior.

BERTOLDI, Andréa. Exportações de máquinas crescem 50% no PR. **Folha de Londrina**, 5 abr. 2006. Economia, p.1.

INDÚSTRIA de máquinas para madeira resiste ao câmbio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 2006. p.17.

SIG construirá em Campo Largo

A fabricante de embalagens longa vida SIG Combibloc, de capital suíço-alemão, adquiriu terreno em Campo Largo para a construção de uma fábrica que atenderá ao mercado latino-americano. A expectativa é de iniciar a produção no primeiro semestre de 2008, atuando nos mercados de leite, sucos e molhos. A qualificação da mão-de-obra local e a proximidade do porto de Paranaguá pesaram em favor de Campo Largo. O protocolo de intenções prevê investimentos de 100 milhões de euros.

GÓMEZ, Natalia. SIG abre fábrica e enfrenta Tetra Pak. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 abr. 2006. Empresas, p.B1.

Páscoa também motiva encomendas à Vip Dog

Especializada em chocolates para cães, a Vip Dog recebeu maior número de encomendas nas semanas anteriores à Páscoa, período em que produz ovinhos para as festividades. Instalada em Araucária desde 2002, a indústria tem produção mensal de 500 a 800 quilos de chocolate com composição especificamente destinada aos animais: menor teor de gordura, sem açúcar ou cacau e adoçados com frutose e aspartame.

VÉGAS, Cintia. Chocolates para cachorros vendem bem nesta Páscoa. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 abr. 2006. p.8.

B&B cresce no ramo de brindes de pelúcia

Estabelecida em Paranaíba, a B&B Manufatura de Brinquedos expandiu sua produção para 2,5 milhões de peças no ano passado, apontando um crescimento de 40% em relação a 2004. Impulsionada por grandes encomendas de Habib's, Petrobras e TAM para campanhas promocionais, a indústria conta com 140 funcionários e um escritório recentemente aberto em São Paulo. Mesmo competindo com importações chinesas, a empresa prevê crescimento de 10% em 2006, graças à produção voltada para a Copa do Mundo e à criação de uma linha própria de modelos.

LIMA, Marli. Bichinhos de pelúcia "made in Paraná". **Valor Econômico**, São Paulo, 17 abr. 2006. Empresas, p. B5.

Batávia consegue lucro em 2005

Estabelecida em Carambeí desde 1997, a Batávia teve seu primeiro ano lucrativo em 2005. A empresa alcançou um faturamento de R\$ 639 milhões, com R\$ 13,6 milhões de lucro. O bom desempenho foi resultado do lançamento de novos produtos, como sucos e derivados de soja.

ORGIS, Guido. Batávia lança produtos, reduz dívidas e obtém o primeiro lucro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 abr. 2006. p.21.

Tritec obtém crescimento das vendas em 2006

A fabricante de motores Tritec, instalada em Campo Largo, está em sexto lugar no ranking paranaense de exportações graças ao crescimento de 47,2% em suas vendas no primeiro trimestre de 2006, alcançando US\$ 79,7 milhões.

A empresa, que exporta 100% de sua produção, obteve o segundo maior crescimento entre as 10 maiores exportadoras do Estado.

A Tritec nasceu de uma parceria entre BMW e DaimlerChrysler e vem despertando o interesse de compra de pelo menos três montadoras internacionais, pela alta tecnologia incorporada em sua linha de produção.

JASPER, Fernando. Vendas da Tritec crescem 47% em 2006. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 abr. 2006. p.19

Ação judicial expande lucro da Klabin

Ao obter ganho de causa em uma ação que movia contra o aumento da base de cálculo do PIS/Cofins, a fábrica de papel Klabin reverteu uma provisão contábil e permitiu o registro de lucro trimestral de R\$ 162,7 milhões. Em relação ao mesmo período de 2005, houve expansão de quase 5% no volume de papéis e cartões revestidos. A companhia deve investir R\$ 1,5 bilhão na ampliação da sua fábrica em Monte Alegre.

VIEIRA, André. Klabin lucra 26% a mais no trimestre. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 abr. 2006. Empresas, p. B7.

COMÉRCIO

Marketing apela à tradição

A rede Drogamed decidiu enfrentar a grande competição do mercado farmacêutico varejista com o relançamento da marca Minerva. A Drogamed comprou a tradicional rede de farmácias paranaense e passou a utilizar sua própria bandeira nas lojas. A mudança baseia-se na boa imagem que a Minerva tinha e faz parte de uma estratégia mais ampla de reorganização da empresa, vendida pelo grupo chileno Farmacias Ahumada S. A. ao diretor-presidente da rede no Brasil em janeiro passado.

JASPER, Fernando. Drogamed ressuscita marca Minerva para recuperar mercado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 mar. 2006. p.20.

INFRA-ESTRUTURA

Repar recebe US\$ 1,45 bilhão

O investimento da Petrobras na refinaria de Araucária permitirá expansão de 9,4% no processamento de petróleo. As obras devem começar até o fim de 2006 e a área ocupada pelas instalações deve dobrar. Há previsões de contratações para o quadro fixo e para o temporário.

A construção de um complexo de coque e diesel demandará metade dos recursos recebidos, e a refinaria, instalada em um terreno de 10 quilômetros quadrados, ainda deverá ter outras unidades produzindo GLP, propano e hexano.

O projeto de redução dos teores de enxofre na gasolina e no diesel, dos atuais 1.000 e 2.000 ppm (partes por milhão), respectivamente, para 50 ppm, exigirá a construção de um novo complexo de gasolina. Espera-se que até 2009 os novos combustíveis estejam prontos para distribuição.

CARNIERI, Helena. Petrobras atinge auto-suficiência e inicia investimentos no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 mar. 2006. p.17.

Lucro da Copel ultrapassa R\$ 500 milhões em 2005

A Copel obteve em 2005 um lucro líquido de R\$ 500 milhões. O resultado, o maior da história da empresa, representa um aumento de 34,3% em relação a 2004, exercício em que o lucro líquido foi de R\$ 374 milhões. Já a receita bruta saltou de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 6,8 bilhões.

Neste ano a empresa pretende investir R\$ 553 milhões entre distribuição, transmissão, geração, telecomunicações e participações. A estatal continuará com o processo de rolagem da sua dívida. Em 2005 foram emitidos R\$ 400 milhões em debêntures. Nos próximos meses serão avaliadas alternativas para a renegociação de dívidas na valor de R\$ 800 milhões que vencem entre março e abril de 2007.

ORGIS, Guido. Lucro da Copel sobe 34% em 2005. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 mar. 2006. p.7.

Centro de eventos em Morretes

O município de Morretes ganhará o primeiro centro de eventos do litoral paranaense. O projeto aprovado recebeu crédito suplementar no valor de R\$ 2,5 milhões. O espaço da antiga Fábrica de Papel São Marcos também abrigará restaurantes, lojas, biblioteca e um museu.

MORRETES investe para ter centro de eventos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 22 abr. 2006. p.28.

FOMENTO

BNDES financia expansão sucroalcooleira

Uma nova unidade de produção da usina Santa Terezinha será implantada no município de Terra Rica, com capacidade de processar até 1,5 milhão de toneladas por ano. O montante do investimento é de R\$ 186 milhões, sendo R\$ 64 milhões de recursos próprios e R\$ 122 milhões de empréstimos do BNDES. Através do Finem (Financiamento a Empreendimentos) foram liberados R\$ 99 milhões e outros R\$ 23 milhões foram liberados através do programa Finame Agrícola (Financiamento à Aquisição de Máquinas e Equipamentos). Parte dos recursos será utilizada para o plantio de 17 mil hectares de cana-de-açúcar.

A Santa Terezinha possui quatro usinas em operação no Paraná, em Ivaté, Maringá, Paranacity e Tapejara. A unidade de Terra Rica deve entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2007.

BNDES vai destinar R\$ 99 milhões para novo projeto da Usina Santa Terezinha. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/not028_06.asp> Acesso em 13 mar. 2006.

BRDE atinge marca histórica em projetos aprovados

O Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul (BRDE), instituição que fomenta projetos na região sul do País, ultrapassou no ano de 2005 a marca de R\$ 1 bilhão em projetos aprovados. Foram 7.150 operações, totalizando R\$ 1,13 bilhão, do qual R\$ 938 milhões já foram contratados, sendo R\$ 301 milhões destinados ao Paraná, correspondendo a um aumento de 33% na comparação com 2004.

Para 2006 a diretoria espera atingir R\$ 400 milhões no Estado, ampliando o número de projetos produtivos nos municípios mais pobres.

LIMA, Marli. BRDE ultrapassa R\$ 1 bi em projetos aprovados no Sul. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 mar. 2006. Finanças, p.C5.

BRDE financia importação de novas tecnologias

Através do Programa de Financiamento à Modernização Tecnológica (Finimp), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) financiará a importação de máquinas e equipamentos que não tenham similares nacionais. A linha de crédito converterá o valor da importação para reais no momento da compra, evitando que as parcelas sofram influência de variações cambiais. O programa financia até 100% do valor FOB do equipamento e, se for o caso, a aquisição de *software* imprescindível para seu funcionamento. O prazo para pagamento do empréstimo é de quatro anos, com seis meses de carência.

BRDE abre linha para máquinas importadas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 abr. 2006. p.20.

BRDE financia máquinas importadas. **Folha de Londrina**, 20 abr. 2006. Economia, p.1.

COMÉRCIO EXTERIOR

Uruguai importa energia paranaense

A empresa paranaense Tradener Ltda., que atua no mercado livre de energia elétrica, irá exportar 700 MW/mês para o Uruguai por um prazo de cinco meses – em março, e de setembro a dezembro de 2006. A estiagem no Uruguai obrigou o país a importar energia elétrica.

As empresas brasileiras de geração utilizarão as termelétricas que não estejam abastecendo o mercado interno para produzir a energia a ser exportada. O Operador Nacional do Sistema (ONS) decidirá quais empresas irão abastecer o país vizinho e a Tradener se encarregará da parte administrativa da exportação (registros, contratos etc.).

BERTOLDI, Andréa. PR exporta energia para o Uruguai. **Folha de Londrina**, 25 fev. 2006. Economia, p.1.

Sicilianos investem no mercado paranaense

O Governo da Sicília investirá cerca de R\$ 1 milhão num conjunto de ações que visa aumentar o consumo de produtos alimentícios italianos no Paraná.

A missão comercial, com sede em Curitiba e formada por uma comissão de empresários italianos, tem o apoio do Consulado Geral da Itália e da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria do Paraná. Foram contatadas 600 empresas alimentícias e importadoras do Estado. Os principais produtos de intercâmbio serão o vinho, o azeite de oliva e os doces.

No ano passado, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), as importações paranaenses de empresas italianas totalizaram US\$ 146 milhões. As exportações paranaenses com destino à Itália chegaram a US\$ 212 milhões.

PIRES, Katia M. Italianos de olho no consumidor do PR. **Folha de Londrina**, 13 mar. 2006. Economia, p.1.

Exportação de açúcar

O Paraná Operações Portuária S. A. (PASA) é um consórcio de nove empresas e cooperativas do setor sucroalcooleiro proprietário de terminal próprio no porto de Paranaguá desde 2002. Recentemente o terminal de açúcar a granel teve sua capacidade operacional ampliada, ganhando nova área de armazenamento e novas moegas. Assim, a quantidade de açúcar movimentada deve subir das atuais 1,6 milhão de toneladas para 3 milhões de toneladas por ano.

LONDRES, Marina. Embarque de açúcar pode dobrar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 mar. 2006. p.20.

Aftosa prejudica exportações

Desde outubro de 2005 a febre aftosa fez com que as exportações paranaenses de carne bovina, suína e de aves caíssem 87%, 90% e 6%, respectivamente. Segundo o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná (Sindicarne-PR), 56 países criaram obstáculos à importação de carnes do Estado.

Com estes embargos, o Paraná deixou de exportar 72 mil toneladas de carne, o equivalente a US\$ 129 milhões. As perdas totais podem chegar a R\$ 700 milhões, pois além de exportar o Estado também fornece carne bovina e suína para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em setembro do ano passado eram abatidas no Estado 130 mil cabeças de gado. Já no primeiro bimestre de 2006, esse número caiu para 90 mil cabeças. Em janeiro deste ano, de acordo com o Dieese, o setor de abate de carnes dispensou 256 funcionários.

BERTOLDI, Andréa. Aftosa reduz exportações. **Folha de Londrina**, 2 abr. 2006. p.9.

Recco ganha mercado externo

A Recco Lingerie, de Maringá, tem exportado três mil peças por semestre para dois novos mercados: Líbano e Emirados Árabes. De acordo com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, as vendas de pijamas e camisolas brasileiros para países árabes cresceu 166,3% entre 2004 e 2005.

PEDRIALI, José Antonio. Camisolas brasileiras fazem sucesso no mundo árabe. **O Estado de S. Paulo**, 11 abr. 2006. Economia, p. B4.

Cresce demanda iraniana por milho

Em 2005 o Brasil exportou 813,6 mil toneladas e nos primeiros meses de 2006 já embarcou 406,5 mil toneladas de milho para o Irã. A estimativa dos *traders* é de que até o final do ano sejam exportadas 1,5 milhão de toneladas. O mercado iraniano é uma opção atraente por pagar um prêmio ao milho não-transgênico – o produto brasileiro recebe até US\$ 10 por tonelada a mais do que o argentino, geneticamente modificado. O preço iraniano, em torno de US\$ 119/ tonelada, ainda não é, contudo, convidativo para a maioria dos produtores em virtude da valorização do real e dos custos de frete e embarque. A Bunge, capaz de formar lotes maiores, tem liderado as exportações brasileiras de milho.

IRÃ compra mais milho convencional do Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 13 abr. 2006. Empresas, p. B13.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Novos laboratórios do IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) instalará quatro novos laboratórios em Londrina. Dois deles serão dedicados a exames de produtos têxteis, prestando serviços para importadores e produtores de todas as escalas. Há apenas três outros laboratórios no País capazes de realizar as análises que o IPEM ofertará, todos eles entidades privadas. A expectativa é de que o Instituto, por ser um órgão público, pratique preços inferiores aos da concorrência.

As novas instalações ocuparão uma área de 1.500 m², onde o Inmetro e o IPEM investiram R\$ 7 milhões na montagem dos laboratórios e a prefeitura local alocou R\$ 3 milhões na infraestrutura necessária. Em contrapartida, um dos laboratórios será dedicado às pesquisas e projetos de ensino das instituições de ensino superior da região.

Em março o instituto anistiu cerca de 1.600 empresas que lhe deviam não mais que R\$ 1.000.

ARAUJO, Eli. IpeM vai montar laboratórios de 'primeiro mundo'. **Folha de Londrina**, 19 mar. 2006. Economia, p.9.

IPEM desiste de dívidas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 mar. 2006. p.18.

Iapar abre 67 novas vagas

O Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), órgão de pesquisa vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab), abriu 67 novas vagas através de processo seletivo. Em parceria com a Emater, os novos funcionários desenvolverão pesquisas voltadas ao pequeno produtor. As vagas estão divididas da seguinte maneira: 30 pesquisadores, 30 técnicos e 7 gestores de ciência e tecnologia.

IAPAR vai contratar 67 funcionários. **Folha de Londrina**, 1 abr. 2006. Economia, p.3.

NÍVEL DE ATIVIDADE

Curitiba recebe R\$ 6 bilhões em investimentos

Segundo dados do Boletim de Informações Socioeconômicas de 2006, divulgado pela Companhia de Desenvolvimento de Curitiba (Curitiba S.A.), durante o prazo de 1,2 ano, 96 grandes empresas noticiaram investimentos na capital, totalizando R\$ 6 bilhões. Um maior número de empresas planeja investir na construção ou ampliação de fábricas. Um dos maiores projetos é da Furukawa, fornecedor de infra-estrutura de redes de comunicação, que inaugurou em março um laboratório para disseminar redes *fiber to the home* (FTTH). O Banco HSBC também anunciou investimentos, com a instalação de seu terceiro centro de tecnologia global (GLT).

Um dos principais fatores de atração da cidade é a infraestrutura na área de tecnologia da informação e telecomunicações.

CURITIBA atrai R\$ 6 bilhões em investimentos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 mar. 2006. p.2.

INVESTIMENTOS em Curitiba somam R\$ 6 bi. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 mar. 2006. p.28.

SERVIÇOS

Rede Blue Tree inaugura hotel em Londrina

Foi inaugurado em Londrina o Hotel Blue Tree Premium, após seis anos de obras e investimento de R\$ 25 milhões.

O lançamento é o vigésimo oitavo hotel do grupo, foi construído com a peculiar forma de um navio, possui 136 quartos e gera 75 empregos diretos.

MAZZINI, Fernanda. Blue Tree inaugura hotel em Londrina. **Folha de Londrina**, 3 mar. 2006. Economia, p.1.

Mabtec informatiza processo de recauchutagem

A empresa londrinense Mabtec está investindo em programas para recauchutagem de pneus, mercado que demandava um sistema para facilitar o atendimento.

O novo *software* da Mabtec foi desenvolvido para agilizar e minimizar os erros nas operações de coleta de pneus, numeração e separação de acordo com o destino. O sistema, batizado de "Recap", também permite que os clientes acompanhem o fluxo de operações pela internet.

No Brasil, o mercado de recauchutagem movimenta R\$ 4,5 bilhões ao ano. O *software* já é utilizado por 170 clientes em 12 países da América Latina. Nos últimos dois anos a empresa cresceu 30% e alcançou faturamento de R\$ 1 milhão em 2005. A expectativa de crescimento para 2006 é de 25%.

ORGIS, Guido. Software ajuda a recuperar pneu velho. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 mar. 2006. p.25.

PRESERVAÇÃO

Parques receberão R\$ 4,75 milhões em compensações ambientais

Quatro grandes obras realizadas no Paraná gerarão R\$ 4,75 milhões aos parques do Estado. Obras que dependem da utilização em grande escala de recursos naturais ou geram grande impacto ambiental são obrigadas por lei a financiar investimentos ambientais para receberem suas licenças. Os recursos devem ser alocados na unidade de preservação ambiental mais próxima à obra e correspondem a pelo menos 0,5% de seu total.

BREMBATTI, Katia. Parques no PR terão R\$ 4,75 milhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 mar. 2006. p.12.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 842	81 085	1 402	60 565	138 594	2 288	27 167	544 719	20 051
2006 ⁽¹⁾	16 024	31 414	1 960	60 920	177 634	2 916	27 998	553 233	19 760

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	107 895	86 455	801	414 840	31 899 700	76 896	50 980	170 260	3 340
2006 ⁽¹⁾	104 567	125 076	1 196	425 118	34 137 704	80 302	43 580	147 103	3 375

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	432 446	542 347	1 254	205 729	3 967 165	19 283	1 971 747	8 292 554	4 206
2006 ⁽¹⁾	538 195	719 480	1 337	203 807	4 133 496	20 281	2 472 501	11 104 760	4 491

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 158	2 148	4 129 575	9 468 705	2 293	1 272 699	2 767 849	2 175
2006 ⁽¹⁾	447	1 240	2 774	3 925 999	9 372 078	2 387	1 033 284	2 585 085	2 502

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2005

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Outubro	133 126	26 809	26 859
1998	854 517	236 358	193 435	Novembro	130 394	26 870	28 165
1999	957 237	198 873	229 466	Dezembro	139 160	22 435	28 106
2000	1 041 412	181 113	235 315	2005 ⁽¹⁾	1 788 481	308 947	367 765
2001	1 121 828	197 985	263 451	Janeiro	138 408	18 246	27 016
2002	1 235 681	219 350	333 951	Fevereiro	128 063	19 364	25 759
2003	1 344 398	219 774	359 139	Março	141 733	26 502	28 752
2004	1 557 747	276 806	340 568	Abril	135 603	29 261	28 540
Janeiro	121 181	18 728	27 006	Maió	145 529	28 822	31 875
Fevereiro	110 707	17 839	26 296	Junho	151 796	27 435	32 579
Março	130 714	21 834	29 479	Julho	155 851	27 600	33 409
Abril	127 224	21 885	27 522	Agosto	162 330	29 511	35 636
Maió	129 493	23 624	29 508	Setembro	158 381	27 938	33 496
Junho	130 170	26 308	29 841	Outubro	156 713	23 598	29 589
Julho	138 452	22 128	30 029	Novembro	156 051	23 835	30 444
Agosto	132 983	22 417	28 961	Dezembro	158 021	26 836	30 761
Setembro	134 141	25 930	28 795				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - 2006

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Janeiro	198	440
1977	1 356	8 826	Fevereiro	408	694
1978	1 614	9 636	Março	399	896
1979	1 635	12 575	Abril	227	766
1980	1 936	13 482	Maió	228	795
1981	1 954	14 105	Junho	213	942
1982	1 179	6 606	Julho	162	1 182
1983	1 079	3 345	Agosto	242	1 175
1984	1 748	7 921	Setembro	214	1 004
1985	2 167	9 728	Outubro	301	1 047
1986	2 029	10 588	Novembro	265	931
1987	2 121	9 479	Dezembro	290	747
1988	1 567	8 847	2005	811	6 444
1989	1 386	6 189	Janeiro	60	246
1990	885	4 111	Fevereiro	118	627
1991	584	2 677	Março	90	738
1992	593	2 893	Abril	34	749
1993	1 038	4 475	Maió	19	686
1994	1 707	9 011	Junho	25	910
1995	859	5 095	Julho	53	551
1996	897	4 180	Agosto	54	635
1997	1 296	6 062	Setembro	69	432
1998	1 380	6 025	Outubro	100	258
1999	1 351	4 854	Novembro	64	303
2000	1 692	6 251	Dezembro	125	310
2001	2 046	8 307	2006	211	1 567
2002	2 448	9 752	Janeiro	62	450
2003	3 112	10 449	Fevereiro	82	484
2004	3 147	10 619	Março	67	633

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2005

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005 ⁽¹⁾	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2004-2005

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2004	2005		2004	2005	
Exportação	9 396 534 183	10 022 668 933	6,7	96 475 238 342	118 308 269 477	22,6
União Européia	2 676 718 284	3 118 402 012	16,5	24 160 225 116	26 493 366 323	9,7
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 857 533 540	-23,4	14 563 861 340	18 552 197 089	27,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 288 856 293	1 379 202 023	7,0	20 341 292 041	22 741 381 375	11,8
Aladi (exclusive Mercosul)	750 150 261	1 127 158 279	50,3	10 787 356 237	13 702 190 590	27,0
Mercosul	830 011 051	946 408 327	14,0	8 912 110 892	11 726 093 723	31,6
Oriente Médio	843 999 471	636 604 302	-24,6	3 687 154 896	4 286 140 965	16,2
África (exclusive Oriente Médio)	330 249 472	395 414 399	19,7	4 244 927 085	5 977 269 239	40,8
Outros	1 253 246 760	561 946 051	-55,2	9 778 310 735	14 829 630 173	51,7
Importação	4 026 142 975	4 524 855 667	12,4	62 834 697 626	73 551 417 513	17,1
União Européia	1 457 300 260	1 760 052 664	20,8	15 928 193 762	18 146 178 521	13,9
África (exclusive Oriente Médio)	407 563 194	625 640 216	53,5	6 185 643 245	6 667 114 032	7,8
Mercosul	442 776 269	561 367 640	26,8	6 390 320 455	7 051 573 336	10,3
Ásia (exclusive Oriente Médio)	457 774 637	546 716 803	19,4	12 279 524 602	16 870 178 233	37,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	537 948 796	470 320 329	-12,6	11 530 275 293	12 850 808 012	11,5
Aladi (exclusive Mercosul)	168 514 042	191 671 436	13,7	3 636 232 422	4 515 619 949	24,2
Oriente Médio	119 988 147	89 105 877	-25,7	2 311 924 488	2 509 570 207	8,5
Outros	434 277 630	279 980 702	-35,5	4 572 583 359	4 940 375 223	8,0

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	463 047 824	22,12	409 922 312	20,52	12,96
Motores para veículos	153 026 764	7,31	134 483 373	6,73	13,79
Automóveis	145 479 167	6,95	156 538 734	7,84	-7,07
Autopeças	47 327 701	2,26	27 860 844	1,39	69,87
Ônibus	39 441 522	1,88	12 385 453	0,62	218,45
Tratores	35 948 598	1,72	38 439 011	1,92	-6,48
Veículos de carga	28 607 748	1,37	30 149 555	1,51	-5,11
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	10 393 205	0,50	8 793 308	0,44	18,19
Helicópteros	1 178 936	0,06	364 616	0,02	223,34
Pneumáticos e câmaras de ar	146 607	0,01	26 679	-	449,52
Reboques para transporte de mercadorias	85 383	-	123 755	0,01	-31,01
Motocicletas	7 320	-	-	-	-
Trens e materiais para vias férreas	3 670	-	17 316	-	-78,81
Motores e turbinas para aviação	-	-	161	-	-100,00
Demais materiais de transporte	1 401 203	0,07	739 507	0,04	89,48
Complexo soja	380 026 484	18,15	428 778 139	21,47	-11,37
Farelo de soja	172 478 667	8,24	183 656 757	9,20	-6,09
Soja em grão	123 735 953	5,91	150 277 865	7,52	-17,66
Óleo de soja bruto	59 532 564	2,84	63 274 461	3,17	-5,91
Óleo de soja refinado	24 279 300	1,16	31 569 056	1,58	-23,09
Madeiras e manufaturas de madeira	261 149 118	12,47	279 966 647	14,02	-6,72
Madeira compensada ou contraplacada	109 776 929	5,24	128 342 334	6,43	-14,47
Madeira serrada	47 677 326	2,28	52 285 018	2,62	-8,81
Obras de marcenaria ou de carpintaria	29 692 881	1,42	28 303 364	1,42	4,91
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	14 394 456	0,69	18 370 351	0,92	-21,64
Madeira laminada	5 049 089	0,24	5 650 011	0,28	-10,64
Demais madeiras e manufaturas de madeira	54 558 437	2,61	47 015 569	2,35	16,04
Carnes	248 038 103	11,85	237 101 163	11,87	4,61
Carne de frango "in natura"	208 399 010	9,95	176 529 213	8,84	18,05
Carne de frango industrializada	12 224 439	0,58	923 920	0,05	1.223,11
Carne suína "in natura"	11 627 693	0,56	25 402 987	1,27	-54,23
Carne de peru "in natura"	5 621 917	0,27	15 778 545	0,79	-64,37
Carne bovina "in natura"	3 004 011	0,14	12 756 767	0,64	-76,45
Carne bovina industrializada	130 096	0,01	56 080	-	131,98
Demais carnes	7 030 937	0,34	5 653 651	0,28	24,36
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	135 289 929	6,46	133 409 104	6,68	1,41
Compressores e bombas	45 653 522	2,18	54 679 036	2,74	-16,51
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	18 709 814	0,89	20 910 886	1,05	-10,53
Refrigeradores e congeladores	10 991 829	0,52	16 316 139	0,82	-32,63
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	8 460 697	0,40	5 945 387	0,30	42,31
Rolamentos e engrenagens	5 320 509	0,25	5 078 437	0,25	4,77
Aparelhos de ar-condicionado	2 688 099	0,13	2 771 582	0,14	-3,01
Torneiras e válvulas	733 782	0,04	5 092 313	0,25	-85,59
Aparelhos para filtrar ou depurar	700 819	0,03	363 967	0,02	92,55
Computadores e acessórios	480 654	0,02	218 143	0,01	120,34
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	447 094	0,02	620 596	0,03	-27,96
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	275 014	0,01	43 183	-	536,86
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	53 574	-	152 870	0,01	-64,95
Laminadores de metais	5 498	-	-	-	-
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	338	-	-	-	-
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	40 768 686	1,95	21 216 565	1,06	92,15

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2005-2006

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Cereais	74 941 270	3,58	59 315 125	2,97	26,34
Papel e celulose	65 277 411	3,12	55 177 694	2,76	18,30
Papel	65 277 411	3,12	54 816 333	2,74	19,08
Celulose	-	-	361 361	0,02	-100,00
Produtos químicos	61 431 828	2,93	44 166 832	2,21	39,09
Produtos químicos orgânicos	16 604 361	0,79	6 998 416	0,35	137,26
Plásticos e suas obras	12 922 114	0,62	11 803 374	0,59	9,48
Adubos e fertilizantes	7 497 561	0,36	6 833 488	0,34	9,72
Produtos químicos inorgânicos	3 917 961	0,19	4 007 142	0,20	-2,23
Óleos essenciais e resinóides	2 111 651	0,10	2 281 710	0,11	-7,45
Extratos tanantes e tintoriais	630 340	0,03	555 978	0,03	13,37
Produtos farmacêuticos	320 934	0,02	570 062	0,03	-43,70
Demais produtos químicos	17 426 906	0,83	11 116 662	0,56	56,76
Café	54 247 624	2,59	50 347 176	2,52	7,75
Café solúvel	37 045 612	1,77	35 277 106	1,77	5,01
Café cru em grão	17 202 012	0,82	15 070 070	0,75	14,15
Materiais elétricos e eletrônicos	47 270 552	2,26	49 040 736	2,46	-3,61
Aparelhos elétricos para telefonia	22 295 883	1,06	29 893 355	1,50	-25,42
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	11 607 558	0,55	7 954 791	0,40	45,92
Aparelhos transmissores e receptores	3 258 526	0,16	4 672 406	0,23	-30,26
Geradores e transformadores, elétricos	1 983 875	0,09	1 678 032	0,08	18,23
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	1 573 902	0,08	978 013	0,05	60,93
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	1 225 807	0,06	1 417 789	0,07	-13,54
Demais materiais elétricos e eletrônicos	5 325 001	0,25	2 446 350	0,12	117,67
Derivados de petróleo	45 678 882	2,18	26 965 844	1,35	69,40
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	31 367 567	1,50	21 564 950	1,08	45,46
Gasolina	7 726 584	0,37	-	-	-
Óleos e combustíveis	5 142 643	0,25	4 439 754	0,22	15,83
Óleos lubrificantes	518 682	0,02	437 857	0,02	18,46
Demais derivados de petróleo	923 406	0,04	523 283	0,03	76,46
Outros grupos de produtos	257 373 240	12,29	223 045 668	11,17	15,39
TOTAL	2 093 772 265	100,00	1 997 236 440	100,00	4,83

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	341 592 707	26,11	242 222 617	20,42	41,02
Óleos brutos de petróleo	315 825 131	24,14	240 164 778	20,24	31,50
Óleos e combustíveis	21 494 091	1,64	-	-	-
Óleos lubrificantes	33 265	-	171 958	0,01	-80,66
Demais derivados de petróleo	4 240 220	0,32	1 885 881	0,16	124,84
Material de transporte e componentes	213 991 119	16,36	239 906 160	20,22	-10,80
Autopeças	111 060 417	8,49	124 727 408	10,51	-10,96
Motores para veículos	57 449 242	4,39	79 570 447	6,71	-27,80
Automóveis	18 838 226	1,44	10 900 682	0,92	72,82
Pneumáticos e câmaras de ar	11 550 280	0,88	9 291 267	0,78	24,31
Helicópteros	5 086 940	0,39	5 430 694	0,46	-6,33
Trens e materiais para vias férreas	2 366 841	0,18	53 588	-	4.316,74
Tratores	1 200 195	0,09	343 391	0,03	249,51
Veículos de carga	354 605	0,03	2 294 199	0,19	-84,54
Partes e peças de aviões e helicópteros	308 437	0,02	64 947	0,01	374,91
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	197 683	0,02	169 224	0,01	16,82
Motores e turbinas para aviação	123 588	0,01	130 343	0,01	-5,18
Motocicletas	91 461	0,01	-	-	-
Aviões	36 125	-	36 000	-	0,35
Reboques para transporte de mercadorias	4 302	-	-	-	-
Demais materiais de transporte	5 322 777	0,41	6 893 970	0,58	-22,79
Produtos químicos	199 038 938	15,21	186 745 581	15,74	6,58
Produtos químicos orgânicos	56 144 682	4,29	48 312 841	4,07	16,21
Aduos e fertilizantes	54 944 431	4,20	71 438 077	6,02	-23,09
Plásticos e suas obras	42 362 371	3,24	36 034 498	3,04	17,56
Produtos farmacêuticos	15 829 568	1,21	4 713 415	0,40	235,84
Produtos químicos inorgânicos	5 142 644	0,39	3 411 319	0,29	50,75
Extratos tanantes e tintoriais	4 345 079	0,33	4 354 685	0,37	-0,22
Produtos para fotografia	1 661 327	0,13	195 807	0,02	748,45
Óleos essenciais e resinóides	788 163	0,06	917 821	0,08	-14,13
Demais produtos químicos	17 820 673	1,36	17 367 118	1,46	2,61
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	157 431 771	12,03	164 535 917	13,87	-4,32
Compressores e bombas	35 994 792	2,75	39 125 847	3,30	-8,00
Rolamentos e engrenagens	21 004 594	1,61	24 888 884	2,10	-15,61
Computadores e acessórios	19 709 178	1,51	13 106 206	1,10	50,38
Torneiras e válvulas	8 815 232	0,67	8 423 941	0,71	4,64
Aparelhos para filtrar ou depurar	5 544 153	0,42	5 166 322	0,44	7,31
Aparelhos de ar-condicionado	5 483 333	0,42	8 298 831	0,70	-33,93
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	4 857 171	0,37	2 417 699	0,20	100,90
Refrigeradores e congeladores	3 126 140	0,24	5 051 180	0,43	-38,11
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	2 794 135	0,21	4 285 356	0,36	-34,80
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	2 190 589	0,17	5 782 151	0,49	-62,11
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	983 506	0,08	902 881	0,08	8,93
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	353 526	0,03	661 715	0,06	-46,57
Máquinas de costura	254 197	0,02	139 947	0,01	81,64
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	230 038	0,02	441 853	0,04	-47,94
Laminadores de metais	116 380	0,01	12 864	-	804,70
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	45 974 807	3,51	45 830 240	3,86	0,32

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2005-2006

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAR 2006		JAN-MAR 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Materiais elétricos e eletrônicos	111 582 996	8,53	96 498 510	8,13	15,63
Geradores e transformadores, elétricos	14 732 423	1,13	10 905 205	0,92	35,10
Aparelhos transmissores e receptores	13 960 875	1,07	16 116 624	1,36	-13,38
Aparelhos elétricos para telefonia	13 628 320	1,04	8 780 902	0,74	55,20
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	10 549 808	0,81	10 717 749	0,90	-1,57
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	3 316 053	0,25	3 863 582	0,33	-14,17
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	325 082	0,02	455 641	0,04	-28,65
Demais materiais elétricos e eletrônicos	55 070 435	4,21	45 658 807	3,85	20,61
Produtos metalúrgicos	48 637 230	3,72	34 797 047	2,93	39,77
Produtos laminados planos de ferro ou aço	7 922 654	0,61	752 576	0,06	952,74
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	4 629 443	0,35	2 844 891	0,24	62,73
Catodos de cobre	2 789 295	0,21	996 180	0,08	180,00
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	2 135 324	0,16	1 645 128	0,14	29,80
Ligas de alumínio	1 010 554	0,08	207 600	0,02	386,78
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	517 801	0,04	145 706	0,01	255,37
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	284 700	0,02	166 509	0,01	70,98
Demais produtos metalúrgicos	29 347 459	2,24	28 038 457	2,36	4,67
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	35 588 143	2,72	35 384 243	2,98	0,58
Papel e celulose	28 417 986	2,17	26 386 996	2,22	7,70
Papel	16 311 302	1,25	12 445 512	1,05	31,06
Celulose	12 106 684	0,93	13 941 484	1,18	-13,16
Cereais	20 091 331	1,54	14 499 158	1,22	38,57
Produtos têxteis	14 896 903	1,14	12 977 996	1,09	14,79
Confecções	7 992 118	0,61	8 378 700	0,71	-4,61
Fios sintéticos ou artificiais	3 445 039	0,26	2 271 144	0,19	51,69
Tecidos de algodão	16 215	-	26 695	-	-39,26
Sisal em fibras, cordas e cabos	298	-	1 308	-	-77,22
Fios de algodão	43	-	292	-	-85,27
Demais produtos têxteis	3 443 190	0,26	2 299 857	0,19	49,71
Madeiras e manufaturas de madeira	9 079 153	0,69	8 211 668	0,69	10,56
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	6 768 488	0,52	5 787 630	0,49	16,95
Madeira serrada	842 159	0,06	1 114 487	0,09	-24,44
Madeira laminada	468 240	0,04	693 332	0,06	-32,47
Madeira compensada ou contraplacada	61 061	-	4 735	-	-
Obras de marcenaria ou de carpintaria	22 068	-	425	-	-
Demais madeiras e manufaturas de madeira	917 137	0,07	611 059	0,05	50,09
Outros grupos de produtos	127 951 849	9,78	124 308 567	10,48	2,93
TOTAL	1 308 300 126	100,00	1 186 474 460	100,00	10,27

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2006

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 238	62 813 008	33 662 231
2005 ⁽¹⁾	10 022 669	4 524 960	5 497 709	118 308 269	73 560 173	44 748 096
Janeiro	536 298	397 779	138 519	7 444 140	5 257 381	2 186 759
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 980 195	2 776 093
Março	858 948	428 202	430 746	9 250 704	5 909 042	3 341 661
Abril	896 454	372 545	523 909	9 201 536	5 331 760	3 869 776
Mai	902 353	442 895	459 487	9 818 442	6 368 752	3 449 690
Junho	921 094	405 186	515 908	10 206 058	6 141 545	4 034 512
Julho	937 866	335 164	602 702	11 061 329	6 056 898	5 004 431
Agosto	965 292	385 586	579 705	11 346 312	7 689 931	3 656 381
Setembro	824 736	343 842	480 894	10 634 458	6 313 620	4 320 838
Outubro	842 104	305 856	536 248	9 903 254	6 221 899	3 681 355
Novembro	914 250	395 738	518 512	10 789 757	6 703 309	4 086 448
Dezembro	821 284	351 701	469 583	10 895 992	6 555 841	4 340 150
2006 ⁽¹⁾	2 093 772	1 308 300	785 472	29 387 321	20 046 360	9 340 962
Janeiro	607 826	397 350	210 477	9 270 707	6 430 194	2 840 514
Fevereiro	628 929	348 839	280 090	8 750 217	5 929 671	2 820 545
Março	857 017	562 111	294 906	11 366 397	7 686 495	3 679 903

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - 2006

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	2005	4,05
2000	6,23	Janeiro	0,52
2001	5,90	Fevereiro	0,02
2002	12,02	Março	0,66
2003	6,46	Abril	1,14
2004	10,40	Mai	0,38
Janeiro	1,72	Junho	-0,82
Fevereiro	0,48	Julho	0,74
Março	0,48	Agosto	0,08
Abril	1,44	Setembro	0,23
Mai	1,09	Outubro	0,41
Junho	1,27	Novembro	0,32
Julho	0,70	Dezembro	0,33
Agosto	0,87	2006	1,90
Setembro	0,04	Janeiro	1,21
Outubro	0,60	Fevereiro	0,15
Novembro	0,48	Março	0,53
Dezembro	0,79		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2006

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Maio	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71
Dezembro	0,86	0,52	0,74	0,48	0,51
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Maio	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,75	0,63	0,60	0,79	0,19
Novembro	0,55	0,33	0,40	0,28	0,24
Dezembro	0,36	0,07	-0,01	0,37	-0,14
2006	1,43	0,21	0,70	-0,14	0,73
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34
Outubro	385 733	2 551 211	0,15	522 019	52 460	9,95	264 054	272 286	0,97	108 801	327 927	0,33
Novembro	392 917	2 555 856	0,15	528 283	52 868	9,99	275 453	272 895	0,98	112 966	327 654	0,34
Dezembro	388 276	2 561 066	0,15	529 105	53 256	9,94	280 920	273 124	1,03	116 087	327 363	0,35
2006												
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Mai	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44
Outubro	59 413	6 996	8,49	45 496	3 678	12,37	1 781	577	3,09	1 387 296	3 215 135	0,43
Novembro	58 566	7 051	8,30	47 878	3 688	12,98	1 886	577	3,27	1 417 939	3 220 589	0,44
Dezembro	59 450	7 098	8,38	47 908	3 707	12,92	1 931	581	3,32	1 423 676	3 226 195	0,44
2006												
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2006

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600
Março	14 463	137 161	358 729	63 623
Abril	13 223	131 223	306 370	63 316
Maior	13 515	133 295	289 173	68 231
Junho	15 395	133 053	291 069	70 432
Julho	13 885	143 499	295 441	72 887
Agosto	14 652	161 808	328 343	75 267
Setembro	14 330	142 307	297 227	72 457
Outubro	13 976	129 715	287 898	68 103
Novembro	13 904	132 480	288 176	67 027
Dezembro	13 628	158 187	266 117	67 691
2006	23 926	262 882	515 725	116 047
Janeiro	12 218	131 842	244 992	58 992
Fevereiro	11 709	131 040	270 734	57 054

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2006

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	99,15	90,96	101,9	94,41	103,08
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	129,78	115,2	131,36	131,83	149,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	97,88	104,52	140,44	112,03	129,4
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)										
	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	
Combustíveis e lubrificantes	115,18	108,52	103,5	100,76	100,71	100,19	101,07	85,34	88,57	82,11	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	97,26	105,52	96,1	95,99	104,85	97,92	131,77	95,295	92,34	98,25	
Hipermercados e supermercados	96,47	104,72	95,06	94,95	103,74	96,67	130,49	94,37	91,32	97,42	
Tecidos, vestuário e calçados	98,95	119,34	99,78	103,18	96,61	100,64	197,05	87,67	97,41	77,93	
Móveis e eletrodomésticos	144,52	142,93	144,46	134,52	147,86	146,96	237,52	135,59	152,51	118,67	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	120,86	116,44	121,33	111,85	117,16	119,6	144,97	112,775	117,08	108,47	
Livros, jornais, revistas e papelaria	65,58	77,28	99,53	75,43	68,81	64,26	106,94	104,925	103,09	106,76	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	192,01	163,72	196,92	172,72	204,58	182,97	239,43	197,45	179,19	215,71	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	124,71	122,9	123,69	115,1	130,92	131,47	236,49	114,935	116,31	113,56	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	107,71	112,53	105,64	103,22	109,56	106,15	149,5	99,35	101,31	97,39	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2006

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	98,5	103,6	115,4	109,1	106,5	102,9	117,1
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	83,0	84,2	102,6	114,3	109,0	114,0	124,3
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	91,3	99,1	104,2	91,7	78,7	71,3	82,5
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	129,7	111,9	142,6	135,6	131,3	129,2	133,1
Cellulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	104,3	96,2	101,1	102,4	111,5	101,6	107,1
Edição, impressão e reprodução de gravações
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	90,1	89,9	94,9	91,9	53,9	16,8	76,6
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	108,4	93,1	62,1	70,7	96,4	106,0	88,1
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	105,0	97,7	105,6	88,7	94,3	86,6	96,7
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	86,1	85,3	94,2	87,3	89,4	88,4	97,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	98,9	99,3	117,9	99,7	106,6	109,6	112,8
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	110,9	148,1	161,2	122,8	117,4	117,3	119,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	285,4	248,1	100,0	97,3	91,2	81,5	81,6	93,9	92,6	100,9	91,5	111,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	130,9	139,3	166,8	155,6	165,0	188,6	212,0
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	71,6	73,8	98,5	85,4	93,1	92,1	90,1

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																				
	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06
Indústria de transformação	133,4	139,7	131,2	127,0	111,4	117,2	109,2	105,4	118,2	113,8	120,7	119,6	116,0	128,2	129,4	123,1	113,6	109,6	99,9	102,3	97,6
Alimentos	132,7	127,8	118,3	113,5	93,8	103,5	88,9	81,7	97,0	104,2	115,1	113,3	116,0	122,2	112,4	100,4	97,9	92,4	84,6	88,1	81,2
Bebidas	89,3	113,3	107,8	120,5	136,7	106,0	100,5	103,5	113,6	108,0	91,4	88,8	72,1	101,8	104,9	109,3	120,8	157,2	121,4	124,7	118,1
Madeira	143,6	145,8	137,6	128,4	115,2	115,9	124,0	108,0	137,1	123,0	121,2	123,7	111,5	113,9	115,9	102,9	112,9	97,0	107,0	111,9	102,0
Cellulose, papel e produtos de papel	103,5	104,3	108,2	106,8	108,7	112,7	100,8	103,6	106,9	109,5	118,5	113,3	116,3	114,6	113,0	115,7	118,5	121,7	111,4	116,8	105,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	196,2	367,3	288,3	282,2	205,4	190,7	256,5	177,7	181,0	128,1	183,3	172,4	141,9	210,4	216,5	199,6	192,9	227,6	158,7	203,7	113,7
Refino de petróleo e álcool	112,0	120,1	110,9	93,2	102,6	96,2	90,4	70,5	89,7	95,0	100,3	101,1	102,8	115,1	103,1	106,1	88,4	91,4	89,0	91,1	87,0
Outros produtos químicos	115,7	130,2	124,7	86,5	51,1	76,4	59,3	71,5	65,0	44,6	57,2	55,2	80,0	115,8	121,3	127,0	73,3	46,2	60,2	53,7	66,8
Borracha e plástico	106,7	109,2	106,9	103,6	96,7	96,1	80,7	87,7	92,2	93,6	100,3	98,8	95,1	99,5	96,3	102,7	105,5	101,0	102,4	104,1	100,7
Minerais não metálicos	99,3	95,5	89,0	94,3	90,0	94,6	87,6	90,4	99,6	95,7	95,0	95,7	97,7	96,2	92,7	91,3	95,6	97,1	84,0	89,1	78,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	119,4	103,1	104,6	97,1	82,4	101,5	92,9	93,5	105,2	107,5	104,3	101,3	100,1	109,6	103,9	101,4	108,7	90,2	95,6	90,6	100,7
Máquinas e equipamentos	149,6	150,0	157,3	148,9	153,9	122,7	128,6	153,8	145,8	122,0	134,0	112,1	102,6	109,1	112,3	119,5	113,5	119,5	115,2	122,0	108,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	91,8	94,0	85,0	84,6	85,2	114,5	94,6	103,5	107,4	94,4	107,2	106,3	114,7	112,5	136,8	123,7	131,3	141,8	109,6	112,0	107,3
Veículos automotores	218,0	190,4	182,2	211,9	160,7	214,1	177,2	190,8	228,4	230,6	215,3	239,6	207,7	227,0	270,6	234,1	189,8	158,5	138,7	117,5	159,9
Mobiliário	96,2	102,4	99,2	113,4	99,2	88,2	78,2	76,7	95,4	89,9	93,6	86,4	82,7	87,7	84,1	87,9	97,3	98,7	71,9	75,1	68,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2006

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)															
	2001	2002	2003	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04	Set/04	Out/04	Nov/04	Dez/04
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	106,86	102,04	102,11	102,97	105,31	107,63	108,34	107,43	108,89	109,27	109,75	110,56	107,98
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	83,99	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78	82,72	83,24	82,08	80,55	79,30
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	107,14	102,24	102,30	103,16	105,53	107,87	108,59	107,75	109,22	109,60	110,10	111,00	108,36
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	125,33	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71	126,53	128,88	130,37	133,23	132,65
Fumo	100,00	94,35	86,70	106,92	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74	53,62	54,49	54,19	55,36	57,97
Têxtil	100,00	100,60	95,15	93,80	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06	93,78	93,75	91,62	91,82	89,90
Vestuário	100,00	110,60	120,82	138,58	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06	147,46	147,47	151,78	151,80	146,66
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	75,78	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	76,77	80,98	79,83	79,25	77,54	76,77
Madeira	100,00	90,52	87,71	89,81	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24	91,69	90,68	88,85	89,54	86,82
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	116,13	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30	114,68	115,59	117,47	117,58	117,84	117,16
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	153,74	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11	183,67	184,77	183,86	181,17	132,82
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	86,40	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41	87,16	85,49	87,08	90,12	88,61	85,50
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	91,25	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36	94,06	94,16	93,74	94,20	93,81
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	111,57	104,62	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86	112,96	114,61	111,05	110,43	111,81	116,47
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	72,92	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82	72,10	75,55	72,87	73,07	73,17
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	95,87	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45	95,80	94,79	94,59	98,46	95,46
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	136,63	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	134,21	134,20	135,47	138,32	139,31	133,60
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	86,33	87,01	87,66	87,86	85,85	91,24	90,77	83,67	82,95	84,38	85,03	85,04	84,44
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	104,83	97,54	98,14	98,33	99,79	102,61	107,07	106,96	107,22	107,90	110,09	110,82	111,51
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	75,17	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74	76,88	75,91	75,34	74,74	72,04

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)															
	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	2006	Jan/06	Fev/06
Indústria geral	108,19	108,23	108,35	108,86	109,55	110,78	109,47	108,34	108,03	107,85	106,99	106,90	104,90	104,77	104,78	104,76
Indústrias extrativas	75,34	79,24	76,81	78,33	77,63	76,96	74,59	74,05	72,15	74,76	74,49	73,18	71,84	73,64	72,69	74,59
Indústria de transformação	108,59	108,61	108,75	109,22	109,91	111,12	109,85	108,72	108,41	108,27	107,47	107,37	105,34	105,28	105,30	105,26
Alimentos e bebidas	140,37	133,27	134,17	134,59	138,01	139,71	141,13	141,36	142,98	143,64	143,95	146,26	145,39	142,77	142,09	143,44
Fumo	109,53	69,27	133,32	207,22	261,42	254,17	57,09	55,94	54,77	55,07	55,07	56,52	54,49	130,47	67,90	193,03
Têxtil	89,54	89,63	90,11	90,04	90,66	90,99	89,57	89,60	88,64	88,98	89,25	87,75	89,21	94,32	93,65	94,98
Vestuário	144,31	149,40	146,79	145,01	144,31	148,25	149,72	146,62	143,66	141,75	140,30	140,81	135,03	133,26	132,68	133,83
Calçados e couro	85,40	78,97	79,34	80,36	77,49	85,22	89,89	87,85	86,75	87,93	90,05	91,04	89,92	88,54	87,75	89,33
Madeira	77,51	87,48	88,19	87,85	83,42	81,39	76,23	73,61	73,37	71,90	70,78	68,97	66,95	66,76	67,73	65,79
Papel e gráfica	117,23	117,34	116,43	116,82	118,11	119,31	117,88	117,54	117,85	118,92	116,42	115,97	114,22	114,95	114,79	115,11
Refino de petróleo e combustíveis	148,23	114,42	109,44	116,98	162,02	192,97	192,42	182,54	174,49	168,47	130,08	121,20	113,72	109,75	111,86	107,64
Produtos químicos	84,76	85,54	85,27	85,12	85,18	85,08	84,62	83,91	83,35	84,77	85,84	85,25	83,21	89,62	89,65	89,58
Borracha e plástico	93,60	90,89	92,44	92,29	91,87	93,70	93,96	94,75	95,70	95,43	95,46	95,29	91,44	91,50	92,06	90,93
Minerais não-metálicos	115,32	119,23	117,68	117,07	117,71	118,55	116,26	112,65	116,22	113,69	113,09	111,81	109,89	110,88	111,09	110,67
Metalurgia básica	74,50	78,86	76,53	76,40	75,95	75,27	74,25	74,74	72,67	73,59	73,66	72,86	69,25	69,27	68,76	69,78
Produtos de metal ⁽¹⁾	98,39	96,61	96,73	97,80	95,03	97,25	96,62	97,77	98,49	101,31	102,69	100,99	99,41	101,26	100,40	102,12
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	136,22	137,55	139,86	140,64	140,10	140,17	141,11	138,75	133,41	131,86	131,45	130,58	129,18	128,62	129,33	127,91
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	91,76	86,41	89,34	90,51	94,42	94,54	92,91	92,44	91,14	92,35	93,89	93,28	89,92	90,54	90,55	90,53
Fabricação de meios de transporte	115,89	114,76	116,57	116,83	116,94	117,14	116,73	116,24	115,46	114,75	114,59	115,27	115,39	115,95	116,05	115,84
Fabricação de outros produtos	65,20	67,58	66,29	68,71	68,44	67,45	63,23	62,81	63,11	63,18	63,29	64,85	63,48	61,44	62,06	60,82

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2006

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Maiο	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181
Novembro	-939	-675	5 617	1 859	-286	-1	5 575
Dezembro	-11 549	-1 173	-968	-7 914	-9 113	-	-31 317
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Maiο	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175
Outubro	-4 511	278	2 382	2 322	-1 445	1	-973
Novembro	-2 571	259	4 505	1 613	-4 332	1	-525
Dezembro	-8 278	-1 509	-1 082	-5 712	-5 250	-	-21 831
2006	12 419	3 032	1 625	12 445	1 979	-	31 500
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2002-2005

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002		Agosto	8,2
Dezembro	6,4	Setembro	7,9
2003		Outubro	8,4
Janeiro	7,8	Novembro	8,0
Fevereiro	9,0	Dezembro	7,2
Março	10,0	2005	
Abril	9,6	Janeiro	7,7
Mai	10,2	Fevereiro	8,7
Junho	10,2	Março	8,5
Julho	10,3	Abril	8,2
Agosto	8,4	Mai	8,1
Setembro	8,4	Junho	7,9
Outubro	8,5	Julho	7,6
Novembro	8,0	Agosto	7,6
Dezembro	6,5	Setembro	7,0
2004		Outubro	6,5
Janeiro	7,1	Novembro	5,1
Fevereiro	7,5	Dezembro	5,5
Março	8,9	2006	
Abril	8,2	Janeiro	7,2
Mai	8,4	Fevereiro	7,9
Junho	8,7	Março	8,2
Julho	8,9		

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2005

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,20	1 556 182	0,54
2004 ⁽²⁾	108 207	2,40	1 766 621	4,94
2005 ⁽²⁾	...	0,3	1 937 598	2,3

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa, no caso do Paraná.